

002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 29MAR2017

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Registro e agradeço a presença do Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Sr. Milton Simas Júnior, e do Presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul, Sr. Antônio Édson Peres.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sr. Alexandre Leboutte, que tratará de assunto relativo ao Projeto de tombamento da TVE e a FM Cultura. O Sr. Alexandre Leboutte, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ALEXANDRE LEBOUTTE: Boa tarde, eu quero primeiro fazer uma saudação ao Presidente em exercício, Ver. João Carlos Nedel, e estender a todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa e os demais presentes, eu quero agradecer, em nome do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Radialistas e do Movimento dos Servidores da TVE e da FM Cultura, este espaço na Câmara de Vereadores da Capital, onde nós vamos poder falar um pouquinho do que se passa na Fundação Piratini, e da importância desta instituição que tem sob sua tutela a TVE e a FM Cultura, da preservação da memória e do patrimônio cultural e material de Porto Alegre.

Bom, nós solicitamos para utilizar esta tribuna, justamente para aproveitar e tentar dialogar com a proposta de iniciativa da Ver.^a Sofia Cavedon, de indicar ao Executivo Municipal o tombamento da TV Piratini, da TVE e da FM Cultura, como patrimônios culturais e materiais da cidade de Porto Alegre.

Por que a necessidade de falarmos desse tema, de muito acerto da Ver.^a Sofia Cavedon em propô-lo, porque a gente precisa fazer uma reflexão sobre a memória e o papel das diversas instituições na memória coletiva.

Cada um de nós, humanos, Vereadores, as pessoas aqui presentes, cada um têm as suas memórias individuais, têm as suas lembranças, as suas experiências, os seus contatos com pessoas queridas, pessoas que nos deixam e que vão formar todo o caudal de conhecimento e lembranças que nós temos individualmente. Isso a neurociência já vem se apropriando para explicar muito positivamente, mas nós viemos aqui para falar de um outro tipo de memória, que é a memória social, a memória coletiva, que é construída no cotidiano das diversas sociedades pelos saberes e pela vivência dos grupos que constituem as diversas identidades e que se expressa em costumes e relações da vida cotidiana, mas em constante diálogo com a criação. Então a memória tem esse componente de passado, de tradição, mas de constante inovação e criação. É aí que entram as artes nos diferentes tipos de expressão, o teatro, a dança, as artes plásticas, a literatura e música, o cinema, o vídeo, as performances, instalações, etc. Pois, essa memória social e coletiva que constitui o patrimônio cultural e material de um determinado grupo ou sociedade. São diversas as instituições que agem para preservar essa memória. Eu fiz esse pequeno preâmbulo para inserir o porquê de falarmos da Fundação Piratini, da TVE e da FM Cultura como instituições promotoras, mas também responsáveis pela guarda de uma parte da memória produzida em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Então, é aí onde entra a Fundação Piratini. Nesse caso a gente tem que separar a memória que lá existe do seu acervo riquíssimo produzido todos os dias, desde 29 de março de 1974. Essa memória que é produzida desde então é guardada em um acervo riquíssimo onde tem as mais diversas manifestações da cultura e das artes de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Nós temos ali, nesse acervo, em torno de 4.300 fitas de uma bitola antiga, um suporte antigo que já não existem mais mecanismos de reprodução. A TVE é um dos únicos lugares que ainda detêm um mecanismo de reprodução desse tipo de fita. Nós temos 4.300 fitas U-matic e entorno de 4.300 horas de tudo que foi produzido e que foi captado pelas câmeras da TVE e catalogado e registrado em nosso acervo. Nós temos 5.000 fitas de 120 minutos do suporte chamado super VHS, que vêm lá do ano 1996 ao ano 2.000, 5.000 fitas que constituem em torno de dez mil horas de programação local das diversas regiões do Estado e da Cidade, como eu disse antes, da

música, do cinema, do teatro, da dança, das artes plásticas, das mais variadas formas de expressão da cultura. Temos também 5.200 DVDs, que têm entre 120 e 240 minutos, com a programação dos anos 2005 a 2016. Cinco mil e duzentos DVDs, o que dá em torno de 20 mil horas de programação desses últimos 11 anos.

Mas a gente não guarda na TV e na FM Cultura, que também tem o seu acervo, apenas manifestações artísticas. Como eu disse no começo, a ideia de cultura vai muito além da arte. A cultura é os saberes e a vivência de um povo que se constitui no seu cotidiano, que se transmuta e se modifica. Nós conseguimos trazer atores sociais que não conseguem entrar nos veículos privados. Aí a gente chega também a uma outra ideia de acervo e de memória, que é importante para entender o papel da TVE e da FM Cultura. No dia a dia, nós produzimos programas que vão ser a memória futura, que vai poder ser pesquisada em nossos acervos. No dia a dia, nós produzimos programação qualificada sem a mediação do mercado, portanto, sem a necessidade de anunciantes pagarem para aparecer, e sempre tensionando com a tentativa de imposições dos governos. Então, nós temos aí um diferencial na programação e na memória da TVE e da FM Cultura, e logo eu vou chegar lá. Um diferencial nessa construção diária é essa possibilidade que nós damos para música de concerto, como no programa “Obra Prima”, que não passa em nenhum outro veículo da TV privada. Nós damos a possibilidade para um segmento, historicamente segregado, invisibilizado, aparecer num programa em TV aberta para todo o Brasil - o programa Nação -, que traz a história e a cultura afro-brasileiras, desde a vinda dos escravos, a constituição de suas identidades, até a sua identidade nacional como negro, uma identidade tão sonogada até hoje. Tentando resumir, a TVE e a FM Cultura se diferenciam na sua programação das emissoras privadas, por isso, o que constitui o seu acervo tem esse diferencial. Os artistas, que lá conseguem veicular a sua produção têm dificuldades de colocar a sua arte em veículos privados, quando não promovidos por grande anunciantes. Isso vai dar uma diferença nos acervos e no que nós vamos conhecer como memória, no futuro, do que existe na TVE e na FM Cultura. Nós temos programas infantis que não são patrocinados por interesses comerciais; nós temos programas de cultura negra; nós temos programas de samba; programa da música popular produzida em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, e também na América Latina. Peço, então, aos Vereadores que suas Bancadas busquem interceder junto ao Prefeito Nelson Marchezan Jr. para que a proposta da Ver.^a Sofia Cavedon seja

acolhida e que seja dada guarida a esse pedido de tombamento da TVE e da FM Cultura como patrimônio cultural e imaterial da cidade de Porto Alegre, para que preservemos o que há lá hoje, porque com a sua possível extinção, será destruído ou mal cuidado ou entregue para qualquer ente privado. Então, que preservem esse acervo que temos hoje, mas que também preservem o nosso direito de dar voz a todos que não têm voz nos veículos privados para que nós possamos continuar produzindo uma memória coletiva e social que não é vista em outros lugares. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Convidamos o Sr. Alexandre Leboutte a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Eu quero cumprimentar primeiro o nosso Presidente Nedel e trazer um abraço ao Alexandre e a todos vocês da FM Cultura e da TVE que estão conosco nesta tarde. Eu já tive oportunidade de me manifestar por diversas vezes aqui na tribuna da Câmara. Falo em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Manifestei-me sempre contrário à extinção das duas, e agora vocês estão aqui trazendo essa proposta que tem cunho bastante importante. E nós já estamos manifestando aqui a nossa posição de sermos favoráveis a essa nossa proposta pelo que ela representa e o que representa a nossa TVE e a FM Cultura junto à cidade de Porto Alegre – por que não o Estado todo, mas falamos aqui por Porto Alegre. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nosso Presidente João Carlos Nedel, nosso convidado da Tribuna Popular, Alexandre Leboutte, como os demais colegas que estão aqui, profissionais da TVE e da FM Cultura, enfim da comunicação, eu estava atentamente ouvindo, Alexandre, e creio que essa solicitação da nossa colega Vereadora poderia ser, sim, uma posição estendida a todos Vereadores de Porto Alegre, para que se

encaminhasse então seu pedido ao Prefeito Municipal, pois sabemos que infelizmente o Governo do Estado tomou uma posição de privatização, de venda da CEEE. E eu, como profissional em comunicação, formado em jornalismo pela PUC, jamais poderia imaginar que um dia, em um período como esse, viveríamos um momento tão importante da vida dos profissionais da TVE e da FM Cultura, e infelizmente ter um Governo que olha de uma forma diferenciada a privatização de um espaço que é patrimônio cultural e imaterial como Vossa Excelência aqui falou. Então, neste sentido, é claro, este grande acervo - mais de 5 mil fitas, 10 mil horas gravadas com um tipo de produção, mais de 5.200 fitas de DVD - para poder então mostrar um histórico importante que a TV Cultura imprimiu durante todo esse tempo. É lamentável ter que extinguir tudo isso. Então, queremos nos associar dizendo que isso é o mínimo que deve fazer para preservar esse tempo de trabalho que, com certeza, é de extrema importância para o Rio Grande do Sul. Então, nessa ideia de uma tv aberta, lastimamos, é claro, a venda ou privatização dessa empresa; por outro lado nos associamos a vocês pela preservação desse patrimônio cultural e imaterial. Parabéns. Sejam bem-vindos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, cumprimento o Alexandre Leboutte, os Presidentes dos sindicatos dos jornalistas e dos radialistas aqui presentes. Queria dizer que a nossa iniciativa de uma indicação responde exatamente aos elementos que colocaste na tribuna. Todos nós temos a nossa história, nossa memória - tu separaste a memória individual da coletiva -, e eu diria que cada um, na sua memória individual já tem gravado... Salve a cultura da memória do seu rádio. Eu sempre penso: a cultura está salva na minha memória porque se nós temos informação de qualidade, cultura, a cultura dos nossos artistas, que não é a cultura comercial, as culturas marginalizadas, invisibilizadas, a pesquisa, a qualidade de programação, é porque a gente tem essa resistência. É resistência, sim, porque em vários outros momentos se tentou... Quase perdemos o prédio, perdemos pessoal, quase perdemos o acervo. Acho que houve um tempo em que não conseguimos praticamente fazer programa ao vivo - acompanho há

algum tempo a FM Cultura e a TVE, e infelizmente essa visão de que comunicação pública não é essencial é equivocada; é direito humano, a comunicação pública. E esse patrimônio cultural que compõe o nosso cotidiano, a nossa memória, ele tem que ser preservado. Então, essa relação da TVE e da FM Cultura, Vereadores, é com o Governo do Estado, no entanto, a Capital dos gaúchos, inclusive por ser sede... Eu estava relembrando aqui que a TVE conseguiu fazer 40 antenas, e nós, que temos a TVCâmara, sabemos o que significa, gostaríamos de ter potência para prestar contas. É um patrimônio material, é a tecnologia, todos os processos seriam de âmbito estadual, mas o patrimônio imaterial diz respeito a nós, porto-alegrenses. Se Porto Alegre é uma Cidade da cultura, se é uma cidade viva, vibrante, deve muito à TVE e à FM Cultura, e nós vamos lutar até o fim para preservá-la, mantendo-a pública, autônoma, dos gaúchos, das gaúchas e dos porto-alegrenses. Então, parabéns pela luta de vocês, contem conosco aqui na Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Vereadora. Agradecemos a presença do jornalista Alexandre Leboutte, foi um prazer recebê-lo na Casa do Povo.

O Sr. Alexandre Leboutte está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ALEXANDRE LEBOUTTE: Bom, eu serei sucinto. O patrimônio que nós temos hoje na TVE e na FM Cultura não são somente as fitas, os CDs, as 16 mil mídias que correspondem a mais de 30 mil horas de programas que nós temos. Esse patrimônio, que é físico, que contém fitas guardadas, ele também é gerenciado por servidores altamente qualificados, e ele é catalogado em sistemas de computadores que, uma vez extinta a fundação Piratini, essa catalogação pode ser totalmente perdida, e ninguém saber o que tem nas 16 mil fitas, em mais de 30 mil horas da história da Cidade, da história do Rio Grande do Sul, da história do Brasil. Pena que é pouco tempo, não tem como se falar tudo, muita coisa pode ser perdida pela irresponsabilidade com que está sendo tratado o acervo da TVE e da FM Cultura, e o que vem daqui para frente

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Violência Contra a Mulher, trazido pela Sra. Tatiana Barreira Bastos, que representa 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, em de Porto Alegre.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Tatiana Barreira Bastos, Delegada Titular da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Porto Alegre; a Sra. Clarisse Heck, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha, capitã da Brigada Militar; a Sra. Carmem Lúcia da Silva, representante da ONG Themis.

A Sra. Tatiana Barreira Bastos, Delegada titular da 1ª Delegacia especializada no atendimento à mulher de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. TATIANA BARREIRA BASTOS: Boa tarde a todos e a todos, é um prazer muito grande estar aqui hoje e ocupar este espaço tão importante de debate e discussão popular. Quero fazer um agradecimento especial a Ver.^a Comandante Nádia pelo convite, cumprimentar o Presidente desta Casa, e todos os presentes que vieram debater um tema tão importante e sempre tão atual, como a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Sou titular da Delegacia Especializada de Porto Alegre, uma das 22 delegacias especializadas do Estado, e temos a incumbência de diariamente atender e acolher cerca de 40 mulheres em situação de violência. Esse é um tema que milito desde 2009, tenho trabalhado de maneira específica com esse tipo de violência, e trouxe aqui um material rápido – são somente sete minutos – para começarmos a travar uma conversa sobre esse tema tão polêmico, que é a violência de gênero.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. TATIANA BARREIRA BASTOS: Rapidamente, então, esse é um fenômeno pluricausal. Ele tem múltiplos fatores e múltiplos motivos, mas certamente a origem de toda essa violência são as relações historicamente assimétricas de poder e dominação

havidas entre homens e mulheres. Então, sim, é uma questão histórica, é uma questão cultural que motiva toda a violência doméstica e familiar.

Alguns problemas aparecem, frequentemente, como pano de fundo desse tipo de violência, um deles é o alcoolismo, que aparece em mais ou menos 80% dos casos das nossas ocorrências policiais, que não é uma causa e, sim, um problema que também merece tratamento e atenção. Porque a causa, digo de novo, é aquele exercício de poder, aquela relação hierárquica havida entre os dois. Pobreza, vítimas pobres estão mais sujeitas e suscetíveis a esse tipo de violência, embora seja um fenômeno que ocorra em todas as classes sociais. As vítimas pobres tendem a denunciar mais, a procurar mais ajuda, porque, muitas vezes, é na delegacia de polícia é a única forma que ela tem de ser ouvida e de romper aquele ciclo de violência. Desemprego, desajuste familiar são questões também que aumentam o grau de vulnerabilidade da nossa mulher, dessa vítima de violência e, portanto, também são questões complexas que precisam ser enfrentadas para que possamos fazer frente ao rompimento desse vínculo violento. (Procede-se à apresentação em PowerPoint.) Aí estão alguns dados que trazem justamente a repercussão dessa violência, a qual foi tida por muito tempo como uma violência silenciosa, privada, restrita a quatro paredes e que ganha grande visibilidade principalmente a partir da década de 70, com o movimento feminista e com a Lei Maria da Penha, em 2006. E começamos, então, a ter pesquisas . E começamos, então, a ter pesquisas especializadas nesse tipo de violência. Alguns dizem: “Ela não existe mais nos dias de hoje”. Sim, existe! E registra índices cada vez maiores, o nosso País hoje ocupa, no ranking internacional, a quinta posição no feminicídio. Não é uma posição muito agradável, é o quinto País que mais mata mulheres no mundo, temos muito o que avançar ainda no enfrentamento dessa violência. Uma em cada cinco mulheres do nosso País sofre violência, declarou espontaneamente ter sofrido violência. Pesquisas mais atuais acreditam que 1/3 das nossas mulheres aqui no Brasil já sofreu violência, 87% dos agressores são justamente seus maridos, companheiros, aquele relacionamento íntimo – o perigo mora ao lado, dormindo com o inimigo. E 35% dessas mulheres foram vitimas antes dos 19 anos de idade, por isso a lei protege também as relações de namoro, porque, nos primeiros relacionamentos, essas mulheres já têm começado a sofrer todo tipo de violência: psicológica, sexual, moral, física. E apenas 10% das mulheres registram

ocorrência policial. Isso mostra como é grande a subnotificação ainda hoje desse tipo de violência.

A Delegacia da Mulher, as delegacias especializadas são uma experiência pioneira do Brasil, que foi o primeiro País do mundo a criar estruturas especializadas dentro da Polícia Judiciária para enfrentar esse tipo de violência de forma especializada. Hoje nós temos aproximadamente 480 delegacias especializadas no País. São Paulo foi o primeiro Estado a criar uma especializada em 85 e ainda é o Estado que tem o maior número de delegacias. Aqui no Rio Grande do Sul temos 22, como eu já havia dito. Em Porto Alegre a primeira foi lá no ano de 88.

Este é um trecho que eu gostaria que os senhores e as senhoras lessem, um trecho da obra da Maria da Penha Maia Fernandes, autora deste livro e mulher que deu nome à lei, à primeira lei de enfrentamento de violência doméstica familiar do Brasil e uma das três melhores do mundo. “Um gosto estranho de metal se fez sentir forte na minha boca enquanto um borbulhamento nas costas me deixou ainda mais assustada. Isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, pois temia que Marco me desse um segundo tiro”. Essa mulher sofreu a violência mais grave da vida dela pelo seu marido, pai das suas três filhas, o colombiano Marco Antonio Heredia Viveros. E esta foi só a primeira tentativa de feminicídio, porque, três meses depois, novamente, ela foi vítima, ele tentou eletrocutá-la durante o banho. E essa mulher sobreviveu e não sobreviveu à toa, sobreviveu para encantar todo o movimento nacional de reconhecimento, de visibilidade desse tipo de violência e para fazer com que um consórcio de ONGs... A Themis é uma delas, está aqui a Carmem, que representa essa ONG, que é referência internacional, que conseguiu toda uma discussão sobre o nosso sistema jurídico, de como a gente tratava as mulheres e as situações de violência contra a mulher no Brasil. Em 2001 começou então esse estudo, essa discussão interministerial, e em 2006 nós tivemos o advento da Lei Maria Da Penha. O que é a Lei Maria da Penha? Primeiro, é uma lei que não criou novos tipos penais, mas ela criou mecanismos para coibirem e prevenirem a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo um tratamento penal diferenciado, mais severo, buscando justamente corrigir essa falha, essa desigualdade histórica na vida entre homens e mulheres. Não basta a nossa Constituição Federal dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei, porque, de fato, materialmente, homens e mulheres ainda não estão em situação de igualdade. Então esta

Lei veio para dar esse reconhecimento e para enfrentar, de maneira adequada, a violência íntima, doméstica, afetiva e familiar.

A Lei Maria da Penha não tutela todo tipo de violência de gênero; ela tutela aquela violência de gênero ocorrida em um ambiente específico, o ambiente doméstico, familiar e afetivo, justamente onde as nossas mulheres ainda estão em maior situação de vulnerabilidade, porque elas têm dificuldade de romper esse círculo de violência. Essas são as principais inovações da nossa Lei: a possibilidade da prisão em flagrante, da prisão preventiva do agressor. Ontem, ainda, a Delegacia Especializada fez uma grande operação aqui em Porto Alegre chamada Operação Viveros, justamente o nome do agressor da Maria da Penha, do homem que levou quase 20 anos para ser finalmente preso e condenado, e prendemos preventivamente dois agressores que estavam descumprindo medidas protetivas de urgência. Uma das grandes inovações da Lei é a MPU, pois se o homem descumprir, tem uma resposta do Estado para isso, tem a Patrulha Maria da Penha, tem a Delegacia da Mulher, tem a possibilidade da prisão do agressor. Tipificação do que é esta violência, quais são os tipos de violência; criação dos Juizados Especializados, temos dois em Porto Alegre e nove no Estado; vedação das penas pecuniárias, não se admite mais a barganha, a cesta básica, a pena pecuniária, isso agora não é mais admitido pela nova Lei; assistência social à mulher e aos seus filhos e o programa de reabilitação ao agressor são algumas das inovações da Lei Maria da Penha.

Quais são os principais tipos de violência de que esta Lei trata? Ela traz, no seu artigo 7º, cinco tipos de violência. Porque a violência física é fácil de ser enxergada, sentida, de ser materializada. Mas e a violência psicológica que é aquela que gera as maiores e mais irreversíveis sequelas? Ela está presente em quase todas as situações de violência doméstica e familiar.

A violência sexual ocorre dentro de casa com maridos, companheiros, ex-maridos, ex-companheiros, namorados. E era uma violência ainda muito invisível. A lei trouxe, também, esta nova consciência coletiva de que dentro de casa ocorre estupro. Essa mulher tem o direito de dizer não e, se ela for constrangida ao ato, temos um crime sexual.

A violência patrimonial é extremamente habitual; ele subtrai documentos; subtrai, se apropria; comete, muitas vezes, estelionato; abre contas, muitas vezes, com o nome dela.

E há a violência moral, que também percorre quase todos os tipos de violência.

Quanto às medidas cautelares da Maria da Penha, certamente as mais importantes são as medidas protetivas de urgência, que a mulher solicita já na Delegacia de Polícia, no primeiro momento em que tem contato com o Poder Público. As principais são: afastamento do agressor, proibição de contato com a vítima, prestação de alimentos e encaminhamento da vítima a programas de proteção, atendimento, casas de abrigo, centros de referência.

As ocorrências mais registradas em todas as delegacias são: ameaça e lesão corporal – e a lesão corporal está quase passando a ameaça. Só neste final de semana, nós tivemos 55 casos novos de lesões corporais. Constam também estupro, vias de fato e perturbação da tranquilidade.

Por último, por que as mulheres aguentam tanto? Será que a mulher gosta de apanhar? Eu já ouvi isso, gente: “Ela volta porque ela gosta”. Nenhuma mulher gosta de apanhar, de sofrer, de sofrer humilhação. Se elas toleram é por inúmeros fatores que nós, que militamos, que trabalhamos, que acolhemos essas mulheres diariamente temos que compreender. Ela tolera por medo; ela tolera por dependência econômica; ela tolera porque ela tem filhos com esse agressor e, muitas vezes, ela acha que ele é um bom pai, e ela não quer privá-lo e privar os filhos da convivência com o pai; ela tolera porque aprendeu assim – sofrimento aprendido. A violência, muitas vezes, está naturalizada dentro do ambiente familiar. Ela vem de uma família em que a mãe sofria violência, a avó sofria violência – é a maneira, é assim que ela conhece os relacionamentos conjugais e afetivos. Isolamento. Essas mulheres, muitas vezes, narram para a família, para o pastor, para o padre, para um líder espiritual e o que eles dizem? “Casou com ele... Ruim com ele, pior sem ele, agora vamos até o fim”. E, muitas vezes, essa mulher se isola e tolera atos de violência porque ela não encontra um respaldo ou um apoio do círculo de convivência dela.

Baixa autoestima. Certamente este é um fator que leva a que a maioria das nossas vítimas por muito tempo aguentem, tolerem atos de violência. Mulheres que têm um desgaste contínuo, que é provocado justamente pelo agressor, fruto da violência psicológica. O objetivo da violência psicológica, dentro do contexto da violência doméstica familiar, é justamente reduzir a vítima a nada, reduzir a sua autoestima, fazer com que ela imagine que não vai conseguir nenhum outro parceiro, que está ruim com ele, mas vai

ficar muito pior sem ele, que ele vai tirar tudo dela, que ela não em direito a nada, que ela não é uma boa mãe, portanto ela vai ficar sem os filhos porque ela não trabalha. Isso, gente, é baixa autoestima, dependência afetiva, emocional, que faz com que essas mulheres tolerem. Eu não posso deixar de dizer que muitas dessas mulheres amam seus agressores, é o parceiro dela, é o homem que ela escolheu para fazer a sua vida, para casar, para construir um relacionamento. E, muitas vezes, essas mulheres - temos essa natureza muito afetiva, muito da pacificação, da composição – toleram muito tempo, até realmente verificar que o sentimento que ele tem por ela não é amor e ciúmes, é posse, é domínio, é violência de gênero. E papéis historicamente construídos, que são a base, a origem de toda essa violência, que inclusive gera toda essa dependência afetiva da mulher, porque ele acredita que o papel social dela é esse; é cuidar da casa, é manter a harmonia familiar, é cuidar dos filhos e o todo o resto é uma responsabilidade inteira dela. Pessoal, eu acho que era isso, eu já estou encerrando, o último eslaide traz os nossos contatos da Delegacia Especializada. Eu agradeço a atenção, pena que o tempo foi curto e eu já extrapolei, mas fico à disposição na Delegacia da Mulher, que funciona 24h por dia, em regime de plantão, para atender todas as mulheres vítimas de violência do Município de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Capitã Clarisse Heck, Coordenadora da Patrulha Maria da Penha na Brigada Militar, está com a palavra.

A SRA. CLARISSE HECK: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Especialmente à Ver.^a Comandante Nádia quero agradecer pelo convite para estar aqui e também por ter iniciado esse trabalho da Patrulha Maria da Penha na Brigada Militar.

Falar em Patrulha Maria da Penha, senhoras e senhores, é um assunto que requer, realmente, uma atenção. Um projeto pioneiro, que iniciou em 2012 na cidade de Porto Alegre, e que hoje se tornou referência em mais três Estados da Federação, ou seja, três Estados copiaram a experiência aqui do Rio Grande do Sul e implementaram em seus Estados. Eu pude constatar isso porque eu sou representante da Brigada Militar em um Grupo de Trabalho em Brasília, na Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, onde hoje se foca justamente na nacionalização da Patrulha Maria da Penha em todo o

Brasil. A Patrulha Maria da Penha integra a Secretaria de Segurança Pública juntamente com as demais vinculadas, que é a Delegacia Especializada da Mulher, a Susepe e o IGP. A atuação da Patrulha Maria da Penha justamente é focar na capacitação dos policiais militares, atuar com viaturas exclusivamente identificadas com a Patrulha Maria da Penha. Por que isso? Porque, quando ela chega à residência do agressor, ou na vizinhança, ali já se estabelece realmente uma conscientização de afastar o agressor. É para estabelecer uma confiança, uma credibilidade com a protegida, por isso, normalmente, a dupla é constituída por uma policial feminina, para justamente possibilitar essa acessibilidade de estabelecer uma relação de confiança e conseguir ajudar essa protegida. Realiza um acompanhamento à fiscalização da Medida Protetiva de Urgência, ou seja, em que momento que a Patrulha começa a atuar? A partir do deferimento da Medida Protetiva de Urgência pelo Poder Judiciário. Essa medida, quando deferida, é encaminhada para a Brigada Militar e entra no rol das visitas da Patrulha Maria da Penha. Então, para não restar dúvidas, em que momento ela começa a atuar? A partir do deferimento da Medida Protetiva de Urgência que é encaminhada para a Brigada Militar.

Data de instalação. Comandante Nádia, permita-me, mas foi o registro que eu pude resgatar dentro da sua obra. Vinte de outubro, senhoras e senhores, nós iremos comemorar cinco anos de existência. Ela não é uma política de governo, ela é uma política de comando. A instituição Brigada Militar se preocupou e por isso hoje ela funciona em 27 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Se nós olharmos as experiências dos outros Estados que a implementaram, apenas a grande maioria dos serviços se concentra nas capitais. No Estado do Rio Grande do Sul, nós conseguimos, com todas as dificuldades de recursos humanos e materiais, implementar em 27 municípios. Isso é expressivo. Senhores, nós temos 16 Comandos Regionais da Brigada Militar, desses 16, 13 dispõem da Patrulha Maria da Penha. Talvez não seja suficiente ainda, mas estamos diariamente tentando melhorar a estrutura da Patrulha Maria da Penha. Então, de 27 municípios, nós temos, em Porto Alegre, 6 patrulhas Maria da Penha, cada unidade operacional dispõe de uma. Aqui, então, as cores diferenciam os comandos regionais, que são 16, e as áreas hachuradas, se é que os senhores conseguem visualizar, identificam as cidades que dispõem da Patrulha Maria da Penha.

Policiais capacitados – esses policiais recebem uma capacitação de, no mínimo, 30 horas, para, justamente, poderem estar habilitados, capacitados e saberem lidar com

essas situações de violência doméstica. Por quê? Porque esses policiais revestem uma identidade que nos chama a atenção, é como se eles fossem, realmente, da família; eles acabam internalizando, absorvendo os problemas dessas protegidas. Os senhores não pensem que isso é muito fácil de lidar, com as mulheres contando as suas histórias de dificuldades, de agressão, de violência e os policiais chegarem em suas casas e compartilharem isso com as suas famílias. Eles também precisam de atenção, capacitação, atualização para eles poderem enfrentar esse dilema, que é de todos nós.

Produção – temos registros de 2015 e 2016. Visitas realizadas: nesses 27 municípios, em 2015, a Patrulha Maria da Penha realizou 15.891 visitas; ou seja, 15 mil e poucas visitas que a Patrulha Maria da Penha bateu na porta da protegida e perguntou como estava se dando, efetivamente, o cumprimento da medida protetiva da violência. Sem contar que esses policiais vão nas residências dessas mulheres e perguntam, dão orientações de onde ela pode buscar esses serviços. Não adianta apenas a Patrulha Maria da Penha existir no Município, tem que ter toda uma estrutura de apoio, de acolhimento, de fortalecimento para que essa mulher possa, realmente, sair daquele ciclo de violência. Por isso que é importante esse engajamento todo dos serviços públicos. Aqui a gente tem a produção, realmente, por comando e por OPM – Organizações Policiais Militares.

Vítimas cadastradas – isso aqui, senhores e senhoras, é um reflexo apenas dos 27 municípios. Multipliquem isso pela quantidade de municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Considerando os dados do Observatório, da Secretaria de Segurança Pública nos chamam a atenção, porque eles trabalham com cinco indicadores: feminicídio consumado, tentado, estupro, lesão corporal e ameaça. Os números são muito expressivos. Por que isso? Na medida em que a imprensa, a mídia, o Poder Público começa a se dedicar a divulgar os serviços, a mulher também se torna encorajada de denunciar e registrar, ela não aguenta mais aquele círculo de violência, por isso quanto mais fortalecidos estiverem todos esses serviços da rede de apoio, ela vai conseguir sair desse ciclo de violência. Esse fluxograma, senhoras e senhores, foi pensado juntamente com o Poder Judiciário, uma iniciativa deles há pouco tempo. Ali se concentram praticamente todos os serviços da rede de enfrentamento da violência doméstica. O que a Patrulha Maria da Penha faz? Leva essas informações na casa da protegida, explica onde tem que buscar ajuda psicológica, jurídica, serviços gratuitos, onde ela pode fazer um registro policial. Então a Patrulha tem essa atribuição de levar informação até essa mulher

que precisa dessa assistência. A Patrulha Maria da Penha atua nos efeitos, mas alguém tem que pensar nas causas, no Poder Público como um todo, e isso envolve todas as estruturas de apoio e acolhimento, trabalhar a questão da educação, da estrutura familiar, que é extremamente importante, pois a gente percebe que para quem já foi educado com toda a estrutura de apoio, de educação, moradia, saúde, às vezes pode correr o risco de ser vítima, imagina para quem não teve nada disso. O diálogo com os agressores, ele precisa saber por que praticou aquele tipo de violência. O que a nossa Patrulha Maria da Penha faz além da medida protetiva de urgência que ela fiscaliza? Hoje, nós estamos buscando uma aproximação muito maior, é chegar dentro das comunidades e explicar quais são os direitos dessas mulheres, quais são as dificuldades e por que ela está passando por este processo. E convidar os agressores, homens, a também participar deste debate. Agora vamos passar um vídeo de um minuto, uma pequena síntese do que a Patrulha Maria da Penha, da Brigada faz, e do que nós, a coordenação técnica, temos responsabilidade.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. CLARISSE HECK: Este ano, então, a Brigada Militar irá comemorar 180 anos de existência e cinco anos da Patrulha Maria da Penha. Que nós possamos trabalhar de forma integrada com o apoio de cada um, para podermos diminuir esse índice desses feminicídios do Estado do Rio Grande do Sul! Agradeço a atenção e oportunidade, Cel. Nádia. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Nos honra com a sua presença a representante da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa, Sra. Cátia Lara Martins, seja muito bem-vinda. Tenho a honra de passar a palavra a Sra. Carmem Lúcia da Silva, representante da Themis.

A SRA. CARMEM LÚCIA DA SILVA: Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Casa, as Vereadoras e os Vereadores, agradecendo pela oportunidade de estar aqui, representando a ONG Themis, que tem como objetivo, desde 1993, a

multiplicação do conhecimento; quer dizer, dar à mulher da periferia da cidade de Porto Alegre o livre acesso à justiça, para que ela conheça os seus direitos e possa brigar por eles, para que possa se fazer respeitar diante de qualquer pessoa.

A Themis foi fundada em 1993 pelas advogadas Denise Dora, Márcia Soares e Elenara label, quando elas se formaram e perceberam que tinham mais acesso à justiça, mais acesso ao saber do que as mulheres da periferia. Elas, que já eram militantes nessa época, quiseram passar para as mulheres dos bairros, das lideranças comunitárias, o seu conhecimento. A partir daí, formaram Promotoras Legais Populares – eu sou Promotora Legal Popular do bairro Restinga desde 1994. Desde então, a Themis esteve articulando junto à sociedade para que essas mulheres, dentro e fora da cidade de Porto Alegre, de posse do conhecimento, pudessem multiplicar o que aprenderam, transformando uma sociedade marginalizada, num primeiro momento, em uma sociedade de valor e de respeito. São as mulheres, lideranças comunitárias, dos arredores da cidade de Porto Alegre, dos Municípios.

A Themis também esteve presente, como a Delegada Tatiana afirmou, na construção da Lei Maria da Penha, porque tem o objetivo de transformar uma sociedade machista, discriminatória e agressora, em sua maioria, às mulheres. Então o que a Themis tem feito todo esse tempo é trabalhado junto à rede de serviços para que em algum momento consigamos dizer que valeu a pena, porque a sociedade está justa, paritária, igualitária.

Em 2013, a Instituição Google lançou o Desafio de Impacto Social para as instituições; a Themis concorreu a um prêmio com mais de 400 instituições no Brasil e tirou o primeiro lugar, o PLP 2.0. Esse é um projeto para a mulher com medida protetiva, em que, muitas vezes, temos um grande número de mulheres que são mortas por seus ex-companheiros, mesmo com medida protetiva, porque eles não cumprem o que foi expedido pelo juiz. Esse projeto é um aplicativo no celular dessa mulher, já na audiência em que o juiz determina a medida protetiva, que ela aciona no momento em que estiver em risco iminente de morte. Ela aperta o botão liga e desliga do seu celular três vezes no momento em que se sentir ameaçada e perseguida pelo ex-companheiro. Essa chamada vai imediatamente para o Call Center da Secretaria de Segurança Pública, o 190. O servidor recebe essa chamada em um registro e através do rastreador vai ver exatamente onde ela se encontra. A viatura mais próxima a esse local vai ser acionada e vai chegar num prazo muito curto para auxiliá-la.

De 2013, desde o momento desse concurso, em que a Themis foi a ganhadora desse prêmio, foi construído junto à Secretaria de Segurança Pública, o Poder Judiciário, o Ministério Público, e a rede de serviços de proteção, todo esse trabalho para que esse projeto fosse desenvolvido e tivesse um retorno.

Neste ano de 2016 nós tivemos em julho de 2016 a abertura e implantação desse projeto piloto, dentro do bairro Restinga, com cinco mulheres que receberam a medida protetiva e tiveram o aplicativo baixado no seu celular. É um projeto, é um aplicativo, é uma ferramenta sem custos, não é como o botão do pânico, não é como a tornozeleira, é apenas um aplicativo baixado no celular dessa mulher. Isso traz para ela segurança. E vou dizer que das cinco mulheres que ingressaram no projeto em julho, três delas já saíram, porque serviu como medida de prevenção. No primeiro acionamento em que esse companheiro percebeu que ele havia perdido para a polícia, havia perdido para a segurança, ele deixou de persegui-la. Então, a gente acredita, quer que seja muito mais preventivo do que apagar incêndio. A gente construiu esse projeto para que essa mulher, na hora da medida protetiva, na hora de ser ameaçada, o que acontece com ela é que tem que ficar encarcerada em sua casa, ter seus passos vigiados por um ex-companheiro doente agressor, e com sentimento de poder sobre ela. Então, essa mulher pode retornar ao trabalho, pode retornar a sua vida, ficar dentro da sua casa, porque assim ela vai estar segura.

Hoje nós temos, ainda dentro do bairro Restinga, 14 mulheres com a medida protetiva, com esse aplicativo baixado no seu celular. Isso é uma parceria que deu certo. Nós só tivemos êxito nesse aplicativo porque tivemos a adesão da Segurança Pública do nosso Estado, Brigada Militar, Ministério Público e Poder Judiciário, a Vara de Violência. Essa parceria deu certo, e eu acredito que se Deus quiser, logo, logo esse aplicativo e esse projeto será expandido pelo Estado do Rio Grande do Sul e nos municípios. Quero afirmar que a Themis construiu esse aplicativo junto com o instituto da Mulher Negra Geledés, da cidade de São Paulo. Lá em São Paulo, a segurança pública ainda não aderiu ao projeto, ainda não se adequou ao projeto. Então, temos em São Paulo apenas uma Juíza da Vara da Violência que criou, em cima desse projeto, um novo mecanismo que se chama Juntas, ela expede a medida protetiva e cadastra essa mulher numa rede de atendimento de sua família e das pessoas de sua confiança. Outro projeto que a Themis está desenvolvendo é o Laudelina, que ganhou o prêmio instituído pelo Google no ano de

2016. É um aplicativo de celular sobre a lei da trabalhadora doméstica, que é a nova lei do momento, em que as mulheres conseguem agora ter esse trabalho reconhecido em lei. Esse aplicativo traz o que hoje é lei, na íntegra, com uma fala clara que qualquer mulher pode ler e entender, uma rede que ela pode cadastrar outras colegas e tirar dúvidas, também ligado ao Ministério do Trabalho, que ela possa entender quais são direitos, quando ela tem férias, qual é o seu Fundo de Garantia, o que acontece quando ela for demitida. Enfim, esse é o novo projeto da Themis que é de defesa das trabalhadoras domésticas. A Themis continua fazendo formação em Porto Alegre de Promotoras Legais Populares. Tivemos uma turma em 2015, na Restinga; 2016, na Vila Cruzeiro, e, neste ano de 2017, está acontecendo uma nova formação de Promotoras Legais Populares na Rubem Berta-Eixo Baltazar. Qual é o nosso propósito? É sempre, de todas as formas, fazer o enfrentamento à violência, contra a violência à mulher, independente da classe socioeconômica dessa mulher, porque infelizmente cultura dos homens, educação dos homens não quer dizer que não exista violência. Infelizmente a cultura não quer dizer que as pessoas tenham essa capacidade, essa sensibilidade de reconhecer que não são dono da sua companheira, ou da sua filha, ou da sua namorada; são parceiros. Quando o homem entender que a sua companheira é sua parceira e não sua propriedade, com certeza, nós teremos uma sociedade justa, sem discriminação e sem violência; esse é o nosso objetivo. Eu peço que os homens aqui presentes elevem para si essa sensibilidade, levem para suas casas, para os seus familiares: netos, filhos e sobrinhos, porque é assim que a gente vai construir uma sociedade melhor. Quando a gente desconstruir que o menino brinca de bola e a menina brinca de panelinha, que o menino pode tudo e que a menina tem que lavar louça, tem que ajudar a mãe a arrumar a casa e tem que aprender a cozinhar; quando nós conseguirmos fazer os nossos netos, netas, filhos entenderem que somos iguais, que temos apenas a diferença física, mas somos iguais diante da sociedade dos homens e diante das leis, merecemos respeito, merecemos ser bem tratadas e minimamente não nos ofendam e não queiram nos agredir ou se acharem melhor do que nós, porque nós também temos poder e direito de gritar e de nos fazer ouvir. Parabéns e obrigada, Comandante Nádia por essa oportunidade. Obrigada a todos. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Hoje assistimos à apresentação da última palestra que coroa o mês de março, nas quartas temáticas, sobre a questão da mulher. Fazendo uma retrospectiva, começamos com três mulheres que mostraram a sua vida, como chegaram ao ponto de liderança, de destaque em que estavam; passamos depois para a questão do trabalho, para a forma de se vestir, quando a Ver.^a Mônica Leal trouxe palestrantes maravilhosas; depois, passamos para a questão da saúde da mulher; e, hoje, encerramos com a questão da violência doméstica, que é uma realidade, não é brincadeira, que acontece em Porto Alegre, nas cidades do Rio Grande do Sul e no nosso País.

Fico muito orgulhosa de ver, Clarice, que a Patrulha Maria da Penha deu certo. A Patrulha, para quem não sabe, foi criada por mim, concebida por mim com a ajuda da Coronel Simone, que me assessora no plenário, e do Coronel Scussel. Nós criamos a Patrulha Maria da Penha, apesar de muitos quererem abraçar essa Patrulha para si. Fui criadora, implementei, coordenei no Estado do Rio Grande do Sul esta Patrulha, com muita honra – com muita honra!

Apesar de algumas apropriações erradas, a Patrulha foi criada dentro da Brigada Militar, Clarice, e ali é que tem que estar, passando governos e mostrando que a Brigada Militar e a Polícia Civil são do Estado, independem do governo que ali estiver.

A Patrulha Maria da Penha tem sido uma ferramenta muito importante no combate à violência doméstica, pois é ela que atende às mulheres que denunciaram, que pediram medida protetiva e que estavam morrendo com o papel na mão. Isso era muito triste. Nós fizemos o levantamento de quantas mulheres, mesmo com medida protetiva, estavam morrendo. E a Patrulha vem fechar essa lacuna entre o cumprimento real por parte do agressor e a medida protetiva que essa mulher tinha. Vimos que um papel não apara soco, facada, e que a Patrulha entrava exatamente nesse momento de apoio, de acolhimento, e intimidação do agressor que tentava descumprir a medida. Fico feliz que essa jovem Oficial, Capitã Clarisse, está dando continuidade a esse trabalho maravilhoso, e que ele continue, sempre, na Brigada Militar – não pode ser apropriado por outros, é nosso. É a Brigada Militar a detentora, assim como são as delegas de polícia as

detentoras das delegacias especializadas de atendimento à mulher. E uma curiosidade: a primeira delegacia da mulher, criada no Brasil, foi em 1985, pelo então deputado estadual de São Paulo Michel Temer. Então, fica aqui que questão de mulher, questões de racismo, de etnia, de minorias são tratadas por todos, independentemente de partidos políticos e ideologias, mas por pessoas comprometidas e sérias, que promovem mudanças verdadeiras, reais, sejam elas na Cidade, no Estado ou no País. Atitude é do que precisamos. Parabéns à Clarisse; parabéns à Delegada; parabéns Carmem por todo teu trabalho na Themis, e parabéns a todas as mulheres que levam o acolhimento. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Ver. Carlos Nedel na condução dos trabalhos; caríssima Comandante Nádia, Vereadora proponente desta atividade; uma homenagem especial às Vereadoras mulheres – Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Marília Fidell, Mônica Leal; queria também deixar aqui meu registro e reconhecimento do trabalho da Delegada Tatiana Barreira Bastos, com quem pude, há dias, ter uma audiência altamente produtiva; caríssima Capitã Clarisse Heck e a representante da Themis, Carmem Lúcia. Este é um debate seriíssimo. Dias atrás, eu li: por que fizeram uma lei específica, Maria da Penha, se nós temos um Código Penal? Ela não reinventou o Código Penal; a Lei Maria da Penha colocou alguns elementos fundamentais da proteção das mulheres contra a violência. A mesma coisa aconteceu com a chamada Lei do Femicídio.

Hoje, felizmente, nós temos algumas medidas, mas mesmo com elas matam-se mulheres. Os senhores e as senhoras se deram conta do número de atendimentos no último ano? Quase 20 mil atendimentos! Quantas calaram? Quantas sofreram? Quantas não puderam buscar algum tipo de atendimento? Mesmo com medidas protetivas.

Achei importante a questão do aplicativo como de outras formas também, mas o que a gente vê é que transgressor é transgressor sempre; mesmo com medidas protetivas, mesmo com boletins de ocorrência acontecem problemas graves, gravíssimos, inclusive com mortes violentas que não se podem tolerar de forma alguma. É claro que não basta

apenas, Capitã, discutir aqui nesta Câmara. Nós temos que fazer, sim, essa conversa com as mulheres nas comunidades, para que, orientadas, busquem a proteção, porque, infelizmente, muitas não sabem que podem fazer a diferença garantindo a sua integridade física e a sua vida. Por isso também é importante ir às escolas, porque a criança pequena é quem mais sofre: ver a mãe apanhar, ver a mãe sofrer. E pode ser um elemento ao ter contato com uma explicação simples, nas escolas, sobre direitos fundamentais, sobre a dignidade da pessoa humana. Aqui eu quero enfatizar, capitã, este preceito kantiano de mais de 200 anos, Ver. Dr. Goulart: a pessoa é um fim em si mesma, não importa a condição, não importa quem seja, a dignidade da pessoa humana é um fim em si mesma, tem que ser respeitada, é um direito fundamental e está na Constituição assim como os direitos fundamentais estão inscritos no Capítulo V da Constituição Federal.

Concluindo, sucesso nas atividades cotidianas da Brigada, da Patrulha, de cada uma e de cada um dos componentes da Brigada, das delegacias que atendem, embora algumas ainda façam besteiras, não atendem devidamente - isso é um grande debate que temos que fazer. Na sociedade há preconceitos inacreditáveis. Hoje, felizmente, o Facebook deu voz à ignorância! E nós temos que combater a ignorância com a luz que podemos trazer através do conhecimento e das ações afirmativas. Parabéns à Brigada Militar, à Patrulha Maria da Penha, a cada um e cada um que tem lutado pela dignidade da pessoa humana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas da Câmara, queria fazer uma saudação muito especial às nossas Vereadoras Mônica Leal, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Marília Fidell, que são combativas, de opiniões, ideologias, convicções diferentes entre elas, mas todas tem muita força. E quero fazer uma saudação especial a nossa querida Comandante Nádia, que nem preciso dizer que é combativa. Acho que a sua história individual já conta isso, num ambiente muito masculino ela tem essa passagem e toda essa construção. Então, além de uma amiga, é

uma pessoa por quem tenho uma admiração e um carinho enorme, assim como pelas outras – viu, Mônica? –, por todas vocês.

Quero também fazer uma saudação a Sra. Tatiana Barreira, Delegada da Mulher de Porto Alegre; a Sra. Clarisse Heck, Capitã da Brigada, que fez uma bonita fala, forte, muito elucidativa para nós todos, Vereadores; e a Sra. Carmem Lúcia da Silva, da Themis, uma entidade que eu conheço há bastante tempo. Quero dizer que esse tema não é a primeira nem a segunda... E tem que ser todos os dias, Dr. Goulart. O senhor, que levantou a faixa em homenagem a sua esposa no dia da posse na Câmara de Vereadores, talvez tenha sido uma das mais belas homenagens. A gente fala das mulheres de uma forma, muitas vezes, de toda a sua doçura, do lado feminino, e não se fala, infelizmente, ainda de uma cultura absolutamente ignorante, que está melhorando, que tem que ser combatida, que tem que ir para as escolas e que ainda existe muito forte. Talvez, há 30 anos, fosse algo absolutamente comum mulheres apanharem dentro de casa, isso era o seu ambiente familiar. Muitas famílias, Mônica... Eu tenho relatos de tias minhas, de primas, de parentes, de colegas, de pessoas que contam que era algo até institucional dentro da família o homem ter amantes, cinco, dez amantes, e a mulher ser a dona do lar, e quase que uma filha que apanhava quando desagradava o homem. Eu confesso a vocês que é muito triste e eu não consigo nem imaginar. Eu tive duas experiências neste último ano, Comandante Nádia, que me marcaram muito. Uma com uma pessoa da minha família – não vou expor o seu nome – que sofreu uma tentativa de estupro, isso faz uns seis meses. E a outra foi uma pessoa aqui da Câmara Municipal, também muito importante para mim, cuja filha sofreu a mesma tentativa de estupro de pessoa da minha família. Acho lamentável. Ver.^a Mônica Leal, sinceramente, quando vejo vocês aqui falando forte e firme, eu me pego pensando, muitas vezes à noite, sobre o que é ser mulher, tentando me colocar na condição de mulher. Para muitos, isso pode parecer algo irônico, debochado, mas não é. Eu – um indivíduo de 1,84 metros, que anda pela rua, que se criou pegando ônibus para ir à escola, que sofreu inúmeras tentativas de roubo, de ameaças, que teve que enfrentar e ter coragem desde adolescente –, sendo homem, tendo uma estatura que me favorece, me coloco no lugar do que é ser mulher e viver nessa sociedade. Se eu tenho os meus receios como ser humano, o que é ser mulher, por exemplo, e ter um marido que te ameaça, que te condiciona a ficar numa situação, que muitas vezes usa de chantagem pela questão financeira de a mulher não trabalhar,

de esse indivíduo machista não permitir que ela se formasse ou que trabalhasse, gerando uma dependência, e ela fica uma vida toda nessa condição. E essa é a realidade de milhares de mulheres, que, depois de 20 ou 30 anos de casada, se dão conta que não têm como apertar um botão “voltar” e viver de novo. Ou uma mulher que vai para a faculdade, Comandante Nádia, à noite, pega um ônibus às 22h30min... Eu, Caruso, tenho receio de andar à noite, mesmo tendo esta estatura. Antigamente até eu era mais irresponsável, não via problema. Há uns dez anos, eu atravessava o Parque da Redenção às 3h da manhã e nem me dava conta do que estava fazendo ao sair da Cidade Baixa para ir para casa.

Eu acho fundamental, mais do que qualquer coisa, falar do nobre trabalho da Brigada Militar e da Polícia Civil e, fundamentalmente para os homens que estiverem me escutando, parar para refletir, porque acho que a maior parte do ser humano, e isso é uma coisa da espécie mesmo, não consegue muitas vezes se colocar no lado do outro. Quando você se coloca numa outra condição que não a sua, você começa a entender isso. Acho que é fundamental ensinar os nossos filhos, nas escolas, a se colocarem no papel da mulher, especificamente pensar que tipo de receio, naquela condição, viveriam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Marília Fidell está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MARILIA FIDELL: Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar a Comandante Nádia por ter trazido para nós, inclusive para mim, essa lembrança de como foi difícil chegar até o momento de nós termos essa Lei Maria da Penha. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer para vocês que eu sou uma Promotora Legal Popular também **o que eu aprendi de gênero** – porque eu não entendia nada disso... E hoje eu também estou muito feliz, por isso estou usando esta tribuna aqui agora, porque aqui nós temos hoje na Câmara representando realmente a Cidade uma **professora, a Ver.^a Sofia Cavedon, temos uma policial militar, a Comandante Nádia, e** professora, a Ver.^a Sofia Cavedon, temos uma policial militar, a Comandante Nádia, e também representantes da nossa sociedade, inclusive eu, que fui uma líder comunitária,

uma mulher de periferia, uma mulher que foi conselheira tutelar, promotora legal popular, mas exatamente entrando nesses espaços, eu digo, pela porta dos fundos, porque, de gênero, eu só entendia que era alimentício, porque eu trabalhava em supermercado. Eu fui caixa de supermercado por dez anos e trabalhava quase que 18 horas por dia, não tinha tempo de olhar minha comunidade, nem tempo para me apropriar de discussões políticas. Até que chegou o momento em que não precisei vender as minhas férias e fiquei em casa. Aí eu vi a violência doméstica chegando na minha porta, com as mulheres pedindo ajuda para socorrê-las, com as crianças sozinhas dentro de casa, com medo do agressor. Eu digo: mas que história é essa de gênero? Gênero é comida. Não, gênero é o que nos distingue, do homem, da mulher, e o que nos torna, pela sociedade machista, um ser frágil. Ser tão frágil, que acaba não sendo respeitado. Ser tão frágil para a sociedade, que fica em segundo plano. Só que nós provamos que somos um ser muito forte. Somos nós que criamos e educamos nossos filhos. E quando falam de machismo, acabam culpando a nós, mulheres, por educarmos o machista. Eu sou mãe de três filhos homens e eles são feministas, são lutadores sociais pelo direito à igualdade.

Eu queria dizer que muito da minha formação de gênero eu devo à Themis. Fui a seminários, aprendi a conhecer e respeitar essa história, mas também como Conselheira Tutelar, junto com a Brigada, recebi o Título de Cidadã Honra ao Mérito da Brigada Militar nos 110 anos do Batalhão de Ferro da região Partenon, bairro em que resido, pelo serviço prestado como Conselheira Tutelar, justamente na proteção da família. Então, este é um momento especial também para mim, hoje ocupando uma vaga de Vereadora, com muita luta, com muita dificuldade, até em função de onde vim.

Não existe luta pela igualdade quando não se busca o outro. Eu, por exemplo, às vezes digo, e as pessoas se chocam: “Eu sou contra o Estatuto da Criança e do Adolescente”, “Eu sou contra o Estatuto do Idoso”, “Eu sou contra a Lei Maria da Penha”. “Como assim contra?!” É que é necessário ter esses mecanismos porque a lei não é cumprida. A nossa Constituição é clara: todos somos iguais perante a lei. E aí tu tens que recortar esse direito igual para dizer que a criança precisa ser tratada diferente porque ela é frágil, porque ela precisa de cuidado. Nós precisamos do Estatuto do Idoso para garantir o direito do idoso? Pelo amor de Deus! Nós precisamos é cumprir a lei. Precisamos respeitar o outro na sua fragilidade, nós precisamos ser respeitadas enquanto mulher, enquanto cidadã, e isso está na Constituição. Se nós cumpríssemos a lei, como foi

colocado hoje pela manhã no nosso seminário aqui, não precisaria criar tantos mecanismos, repartir a Constituição Federal numa colcha de retalhos para garantir direitos já garantidos. Nós temos direito à habitação; a mulher, chefe de família, tem que ser colocada como um item a mais, a mulher chefe de família tem que ter a casa, sim, porque, sendo propriedade dela, ela pode fazer o enfrentamento de buscar a separação sem precisar perder o teto, porque os pais não a querem de volta: “Tu casou? Fica lá. O que tu quer aqui com teus filhos?!”, mas ela tem que ter o canto dela. Mas tem que estar escrito isso numa lei a mais porque não se cumpre a lei. As leis são feitas por quem quer delas se apropriar para o seu benquerer.

Eu não poderia deixar de registrar aqui, minhas amigas mulheres, colegas Vereadores: Bruno mata, consome um corpo e é liberado em tempo recorde. E ainda tem mulheres que infelizmente – e precisamos discutir com as mulheres a questão de gênero –, totalmente fora de si, inadequadas, tiram fotos, *selfie* com um matador de mulheres! Porque ele não quis assumir a guarda de um filho, porque ele não quis pagar pensão, ele matou, tirou uma vida, tirou o direito de uma mãe de enterrar a sua própria filha! Quantas violências e quantos crimes num só!! Qual o movimento que foi feito contra isso? Como esse homem pode ser solto dessa forma? Isso é realmente uma carta de alforria para que outros possam agir assim. Há pessoas que matam crianças e dão uma de doente mental e acabam aqui no Forense, no Partenon. Mas que venham para cá para ver a reação do Forense, no Partenon; não será fácil. E nós estamos vendo as nossas mulheres sendo mortas mais do que nunca, estão sendo assassinadas. Basta o rapaz ter uma relação de seis, sete, três ou quatro meses com a mulher e ele já acha que é dono dela. No momento em que ela diz: “Não quero te namorar”, ele não vai esperar que a Lei Maria da Penha diga que ele tem que ficar afastado, ele vai matá-la. E é sobre isso que a gente tem que discutir. Então eu quero parabenizar por esta atitude, por esse evento. Os dados nos entristecem, mas, felizmente, dentro da Brigada, tem esse recorte para defender as mulheres que, também dentro da Brigada, são tratadas diferenciadamente. Hoje, graças a Deus, não, mas no início eu sei que foi difícil. Obrigada a todos. Parabéns, Nádia, sinto o maior orgulho de ser tua colega neste momento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, chegamos à nossa 4ª quarta-feira temática do mês de março, mês da mulher. Quero cumprimentar, com muita alegria, a qualidade, o testemunho e o trabalho da Tatiana Bastos, Delegada da 1ª Delegacia da Mulher; da Capitã Clarisse Heck, e da Carmem Lúcia da Silva, representante da Themis. Nós fomos compondo os grupos de mulheres que falaram nessas quatro quartas-feiras. Nesta quarta-feira temos a Comandante Nádia, que vem do trabalho da segurança pública. E nós procuramos contemplar os talentos e as inserções das nossas mulheres Vereadoras, as quatro Vereadoras, nestas quatro quartas-feiras. E hoje, Comandante Nádia, eu fico muito feliz de que a sua história e trajetória sejam marcadas pela Patrulha Maria da Penha, porque nós sabemos do teu empenho em construir a Patrulha, mas eu gostaria muito que tu tivesses aqui conseguido citar o Governador Tarso Genro e mostrasses que, de fato, nós estamos acima dos partidos quando nós tratamos de segurança da mulher, porque foi na gestão do Governador Tarso Genro esta experiência diferenciada, assim como os Territórios da Paz, em Porto Alegre, que a Restinga recebeu e que perdeu, assim como as nossas Mulheres da Paz. Como sofreram com isso, na Restinga, naquela violência brutal!

E aí eu quero fazer esta reflexão: não é e não será uma política única que vai resolver o problema da violência contra a mulher. A Carmem trouxe o exemplo do que é o trabalho e o esforço da Themis para capacitar mulheres, lideranças comunitárias, para que eles estejam lá na periferia, tenham uma linguagem das mulheres, empoderem as mulheres, informem, ajudem as mulheres a se ajudarem, acionarem a rede. E a Themis vai à frente e cria um aplicativo e busca parceria, porque não é fácil criar este aplicativo. A Brigada acolhe. A Delegacia de Mulheres recebe. Mas, se a Delegacia não tiver, a rede de proteção recebe.

A casa de proteção Viva Maria, infelizmente, é a única em Porto Alegre onde as mulheres chegam numa situação onde têm que ser acolhidas, porque foram retiradas de casa ou fugiram com os filhos.

Tu tens que ter uma casa para acolher estas mulheres. Nós precisamos ter o apoio psicológico, nós precisamos ter o trabalho da saúde, Ver. Goulart; nós precisamos ter uma rede de proteção, que é prevista, inclusive, na Lei Maria da Penha.

Uma política só não resolve, e a nossa insistência sobre este tema é para que a rede não se perca, desde o acolhimento, desde a prevenção, até o acolhimento em abrigos, ela deve funcionar.

Nós viemos trabalhando isso desde a primeira quarta temática. São quatro quartas-feiras trabalhando as diferentes dimensões, e vamos terminar o mês com um seminário, sexta-feira, o seminário “Educação e Gênero”, para o qual já tem mais de 400 pessoas inscritas. Será sexta-feira, durante o dia, aqui nesta Casa, um seminário também construído na parceria com as assessoras e com as quatro Vereadoras.

Esta quarta temática mostra algo que eu deverei chamar a atenção para além do trabalho da Maria da Penha: a presença, a consciência e a atuação das mulheres brigadianas dentro de uma corporação majoritariamente masculina, autoritária, sim, porque hierárquica, infelizmente, ainda com muitos desafios para ser uma corporação, uma Brigada que possa ter a sensibilidade do acolhimento dos temas das mulheres. Acho que a Delegada Tatiana colocou o quanto é difícil para a mulher ser acreditada quando ela denuncia, e temos só 10% das mulheres que denunciam. Nós já vivemos situações, agora, muito recentes, como o estupro no Rio de Janeiro, onde muita gente queria culpabilizar a vítima ou não acreditar na sua versão, ou por sua postura, por sua roupa, etc. ser ela a culpada da violência. Então, muito nós precisamos, ainda, alterar. Que bom que esses debates aqui da Casa evidenciam que muito do que já foi feito, que principalmente as mulheres brigadianas estão fazendo a sua história, a sua parte e testemunhos disso são a presença e a fala de todas vocês.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.^a Sofia Cavedon. Só para a gente deixar bem claro: a hierarquia da Brigada Militar nada tem que ver com autoritarismo. São coisas distintas. É bom a gente deixar bem claro, porque senão parece que ali é uma coisa horrorosa. A hierarquia e a disciplina são duas colunas que nos deixam muito orgulhosos e fazem da Brigada Militar essa instituição muito forte, que neste ano completa 180 anos. Muito obrigada pelo aparte.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu imagino que sim, Comandante Nádia, acho que tem que ter hierarquia e tem que ter disciplina, mas nós queremos que acabe o modelo militar e o modelo, infelizmente, de segurança pública, que ainda se impõe aos movimentos sociais, uma grande parte dela. É óbvio que temos mudanças importantes na mediação de conflitos, na intervenção educativa, na presença na sociedade.

Parabenizo as nossas palestrantes: Tatiana, Clarisse e Lúcia! É um orgulho vermos mulheres mudando a vida das mulheres!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de hoje.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Ver. João Carlos Nedel, comandando os trabalhos nesta tarde, demais Vereadoras e Vereadores. Este tema é muito importante, acho que a maioria dos Vereadores já falou, mas eu quero ser sucinto, breve, para dar oportunidade a outros. E, como diz o Regimento, são doze Vereadores ou Vereadoras que podem se pronunciar sobre o tema. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)

Ver.^a Sofia, gostaria de concluir a minha colocação aos representantes dessa grande tarefa e ao mesmo tempo ser breve. O Ver. Adeli Sell, como os demais, trouxe o tema da escola, da infância, dos filhos, mas eu queria, Ver. Dr. Goulart, salientar a importância da família. Não existe um bom aluno, não existe um bom ser humano, se não tiver uma boa formação na família. Isso é importantíssimo. Não existe uma família regrada, se ela não tiver o respeito do homem, da mulher, dos filhos, dos familiares que constituem ali um plano de família, um plano de futuro, um plano de trabalho, enfim. O que nós estamos notando na sociedade, além da droga, da criminalidade, todos esses fatores, mas acho que a família é fundamental. Às vezes me atrevo a dizer que, quando me falam que o Fulano casou com a Fulana, não é que a gente queira dizer que não vai dar certo, mas a gente sabe que são coisas diferentes, muitas vezes. As pessoas casam, muitas vezes achando que é fácil casar. Não, se fosse fácil, todos casavam. Mas não, tem gente que não quer se casar. Para casar tem que conhecer o parceiro e respeitar o parceiro e a

família ser constituída. E o que nós estamos notando, Capitã Clarisse, é que a família se desagregou na sociedade. Por que as religiões cresceram? E louvo aqui, meus pastores e amigos, Vereadores Alvoni e Freitas, o trabalho da igreja, seja ela de qualquer religião, por esse trabalho fundamental de unir a família que, muitas vezes, está desagregada. A religião ajuda para a questão das drogas, a nossa juventude precisa disso. Aqui estive, na semana passada, na homenagem brilhante das nossas Vereadoras, Clarisse, uma moça que teve a casa queimada, mataram os filhos dela, e ela escapou por um milagre. É uma barbárie. Naturalmente, isso mostrou a realidade de outras mulheres que, às vezes, casam com um traficante, com um drogado, às vezes casam com uma pessoa que ... Não é culpa dela, a sociedade está assim. A sociedade, lamentavelmente, está assim. Nós não sabemos quem é, o que faz, o que deixou de fazer e o que vai fazer no futuro. O desempregado pegou, a bebida alcoólica aumentou vertiginosamente, e, hoje, a nossa juventude está bebendo com dez, doze anos, estão traficando com dez, doze anos, muitas vezes. Lá na escola, tem aquela criança com aquele cachimbo, que parece o cachimbo da paz, mas que é o crack. Então, quero louvar o trabalho de vocês, pois não é fácil abordar. A Ver.^a Fidell foi conselheira tutelar, se não me engano. Imagino o trabalho do conselheiro ou da conselheira tutelar. A dificuldade de adentrar em uma família e constatar essa questão de que o marido está dando na mulher e os filhos estão ali apavorados, não sabem o que fazer, a quem se dirigir. Muitas vezes, nessas circunstâncias, fica muito fácil para o conselheiro tutelar errar numa abordagem. Nós temos de valorizar o conselho tutelar, porque chegar numa família, abordar e dizer que lá estão agredindo uma criança ou uma esposa é muito difícil. Isso pode causar um trauma numa família. Se errar, e já vi erros na minha trajetória, já vi pessoas que erraram e tiveram que sair do bairro, pois expuseram a família. Isso é muito difícil, essa sensibilidade, Clarisse e Lúcia. Como chegar na família, como detectar o que é verdade e o que é mentira. Por isso quero louvar, parabenizar essa tarefa difícil de vocês. Para concluir, quero dizer que 27 municípios é muito pouco num contexto de 497 municípios no Estado. É muito pouco, vamos ter que ampliar. E a amiga me disse o seguinte, quando perguntei de São Borja: “Depende da região de Livramento”. Mas para vocês terem idéia, de São Borja a Livramento são quase 300 quilômetros! O nosso Estado é complicado neste aspecto, uma cidade com 62 mil habitantes, drogas, problemas, traficantes, criminalidade, tem que ter um alto índice também neste aspecto. Então, vamos levar isso

ao Presidente da Câmara para que suscite essa ideia, para que possamos ampliar, e nós todos aqui ampliar no Estado, porque isso dá segurança, tranquilidade, e nos conforta. Parabéns por esta causa nobre, difícil, que só vocês, com sensibilidade, podem contornar. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Interessante, escutei todas as manifestações, principalmente a sua. Já tinha tido oportunidade de, num abraço fraterno, comentar que tinha apreciado muito, mas gostaria de lhe dizer que neste mês da mulher aqui na Câmara, conseguimos frisar bastante, em diversas falas que tivemos, nós, as Vereadoras e muitas personalidades femininas que aqui estiveram na busca da igualdade, da sociedade, no mercado de trabalho e também na política, e principalmente esta questão que nos preocupa a todas, que são os altos números de violência doméstica e violência contra a mulher no Brasil. Vejam bem, dados coletados em 2015 apontam que o Brasil é o quinto colocado no ranking de assassinatos de mulheres. Em pesquisas com entrevistados de ambos os sexos, em todas as classes sociais, 54% disseram conhecer uma mulher que já foi agredida por um parceiro; e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Perguntadas, uma em cada mulheres declara já ter sofrido algum tipo de violência, dessas 26% ainda convivem com o agressor. Então, é claro que nós precisamos de todas as ações para o enfrentamento da violência, como ações de capacitação, de qualificação na área de trabalho; de proteção de resgate, de autoestima, de suporte à mulher trabalhadora. Mas eu queria focar, justamente, num dado que nós recolhemos, a minha assessoria recolheu do ObervaPOA, que em janeiro e fevereiro de 2017, 1.646 denúncias foram registradas de violência contra a mulher em Porto Alegre. Vejam bem, 333 casos a mais que os registrados na mesma época no ano de 2016, quando foram 1.313. Então, isso nos faz refletir, que apesar do fortalecimento do debate público sobre a violência contra a mulher, a ampliação do conhecimento da Lei Maria da Penha, aprovada em 2006, a maioria das mulheres não denunciam as agressões sofridas. Segundo a pesquisa, visível e invisível, a vitimação das

mulheres no Brasil, realizada pelo Datafolha, divulgada no dia 7 de março deste ano, mais da metade das vítimas de agressão, são 52%, não fazem nada após a violência, por medo, por vergonha. Aí nós ficamos aqui a nos perguntar: assim, os crimes contra as mulheres, dessa forma ainda seriam muito maiores em números. Eu assisti atentamente a questão da Brigada Militar e quero lhe dizer de coração como eu fiquei. Claro, é uma pena que eu tenha que fazer esse cumprimento pela capacidade de vocês, pelo empenho, quem dera nós não precisássemos desse tipo de trabalho, mas me marcou profundamente quando a Senhora falou: “Esta não é uma política de governo, esta é uma política da Brigada Militar.” É isso que nós queremos, Ver.^a Nádia, nós queremos, nós, mulheres, que somos mães, filhas, irmãs, que somos chefe de família, que sustentamos uma casa, que somos arrimo de família, queremos políticas públicas para as mulheres, nós não queremos políticas de Governo. Eu fiquei muito satisfeita, senti imenso orgulho; e reforça o meu sentimento, cada vez mais, quando eu digo que o Estado do Rio Grande do Sul só não está em situação pior na questão da violência, da presença constante da criminalidade, que amedronta e acua o povo gaúcho, porque nós temos duas valorosas instituições, a Brigada Militar e a Polícia Civil. As mulheres do Rio Grande agradecem pelo empenho e pela dedicação da Brigada Militar e da Polícia Civil. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estava ouvindo atentamente, Nádia e Sofia, e quero parabenizá-las pela atividade que vocês imprimem na Casa no dia de hoje. Ver. Cássia, quando nós estávamos na Assembleia – casualmente, estávamos juntos –, nós ouvíamos muito o colega Deputado Edegar Pretto, que é Presidente da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Edegar Pretto é um deputado que luta muito pela redução dessa violência contra a mulher, pela redução dos feminicídios, e tem feito um excelente trabalho, porque, a partir dessa discussão, vai para o Estado afora. Eu tive duas experiências, como deputado, em termos de Frente Parlamentar, uma delas, em defesa das pessoas desaparecidas. Inclusive, desenvolvemos vários projetos de lei, junto com a

Brigada Militar, com a Polícia Civil, nas delegacias regionalizadas, onde o tráfico de pessoas é muito acentuado, principalmente na fronteira: Uruguaiana, Livramento, na Serra, na Grande Porto Alegre. Também eu coordenei uma subcomissão, na Assembleia Legislativa, que discutia o fim da violência contra as mulheres. E tive a felicidade de visitar muitos municípios com essa comissão, onde percebi – e concordo com a Ver.^a Mônica Leal quando ela fala – que muitas mulheres têm vergonha, medo, ou, às vezes, é até aconselhada por profissionais da Polícia Civil, em função do escândalo na cidade. Nós ouvimos alguns relatos que nos impressionaram, porque o medo levava para a vida delas o amanhã: “eu denuncio hoje, e amanhã quem me dá segurança, quem diz que ele não vai me assassinar?” Realmente, esses fatos são muito presentes, porque, infelizmente, o maior agressor está dentro da própria casa!

Percebi que muitos Vereadores e Vereadoras trouxeram alguns dados, e quero mostrar alguns da Secretaria de Segurança. Em 2012, somando todos os meses, ameaças: 46.974; lesão corporal: 27.129; estupros: 1.436; feminicídios: 101. Em 2013, ameaças: 45.887; lesão corporal: 6.136; estupros: 1.421; feminicídios: 92. Em 2014, ameaças: 46.730; lesão corporal: 25.538; estupros: 1.369; feminicídios: 75. Em 2015, ameaças: 44.805; lesão corporal: 24.536; estupros: 1.426; feminicídios: 99. Em 2016, nós tivemos ameaças a 41.118; lesão corporal: 22.595; estupros: 1.425; feminicídios: 96. Podem verificar que na medida em que a gente dá visibilidade a esses órgãos de possibilidade e segurança, Ver. Nedel, assim mesmo os instrumentos disponíveis como a Patrulha Maria da Penha, a Casa Viva Maria, enfim, uma série de instrumentos que possam dar uma certa segurança, assim mesmo nós não conseguimos reduzir o número de feminicídios, de lesões e assim por diante.

Eu creio que essa política de prevenção, de radicalização, do fim do feminicídio parte pela ideia que o Governo do Estado deve investir, imprimir para que as cidadãs possam se sentir mais seguras. Eu fico muito preocupado na medida em que os governos acabam não só extinguindo as secretarias, extinguindo vários programas, reduzindo recursos para combatê-la, e se de fato isso vai melhorar. Acho que cabe aqui um apelo. Nós ouvimos aqui a capitã falar muito bem sobre isso, da importância da presença do Estado. E nós, enquanto Câmara de Vereadores não podemos ser diferentes, e Porto Alegre, por ser a capital os feminicídios, estupros e a violência estão muito acentuados, e para isso nós temos que nos empenhar a reduzir cada vez mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento a Sra. Tatiana, Titular da Primeira Delegacia, que foi nossa grande parceira, enquanto Secretário Municipal de Segurança; a Capitã Clarisse, Coordenadora da Patrulha da Penha; a Sra. Carmem Lúcia, representante da Themis. Nossa Comandante Nádia, brinco que os meus cabelos começaram a branquear enquanto Conselheiro Tutelar, sete anos de Conselho Tutelar, fui colega da nossa Ver.^a Marília Fidell, depois, na segurança pública, por três anos e três meses, terminou de branquear, porque, enquanto Conselheiro Tutelar, a gente se depara com muitas famílias destruídas, muita violência doméstica, e onde tem uma criança vítima de violência doméstica, automaticamente a mãe também é, enfim, a família toda. Na verdade, subo nesta tribuna, em nome da bancada do PRB, eu e o Ver. Alvoní Medina, para parabenizar o trabalho de todos vocês, iniciando pela nossa Comandante Nádia, que foi a pioneira e hoje está à frente, a Capitã Clarisse, que Deus possa abençoar vocês grandemente nesse trabalho tão árduo das senhoras. Estava conversando com a Comandante Nádia, os números que a senhora colocou de violência, esses números são somente dos vinte e sete Municípios onde existem a Delegacia da Mulher. Imagina o que existe de violência por esse Rio Grande a fora, por esse mundo a fora. É um número assustador, é um número alarmante, que vocês possam trabalhar todo mundo unido para que possam ter mais delegacias por esse Rio Grande a fora, mais próximas possível de vítimas da violência. Quero colocar o nosso Gabinete à disposição. Acho que temos que trabalhar para que venhamos dizer para as vítimas que elas denunciem. Queria que alguém transmitisse para a Delegada Tatiana, porque ela falou que, quando a pessoa vai ser orientada pelos Ministros, Padres, Pastor, seja quem for, que eles dizem: “Não, tu casou com ele, agora aguenta”. Queria dizer que eu e o Alvoní Medina somos Pastores e, quando chega uma pessoa para orientarmos em relação à vítima de violência, a orientação que nós damos é: denuncie esse camarada, denuncie! É por isso que nós temos que trabalhar: para que todas as pessoas vítimas de violência denunciem. Um abraço a todos vocês e parabéns pelo trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estava dizendo ao Ver. Cassiá Carpes, que veio a um seminário feito pelo pessoal da Susep no qual eu dei um depoimento que eu, enquanto agente classista e Presidente da Associação Gaúcha dos Peritos Legistas, sou um tipo híbrido, porque sou um médico que está Vereador, mas, por ser legista licenciado, tenho uma relação muito próxima com a temática da segurança. E dentro dessa temática, a questão da mulher, até pela minha especialidade médica, é uma área que tenho estudado muito, Capitã. Eu queria falar um pouco disso: eu acho que o primeiro passo foi dado, Ver. Cassiá, mas precisa-se avançar com relação ao atendimento global da vítima, em especial da mulher. As delegacias da Mulher, sem uma ação integrada, como a de Porto Alegre, por exemplo, têm as suas potencialidades diminuídas. Então, o que efetivamente nós temos que fazer? Temos que ampliar pelo interior do Estado e Região Metropolitana o conceito de centro de atendimento à vítima de violência. Isso vale para a mulher, e isso vale para as crianças. Eu quero dizer para os colegas que não conhecem – eu acho que é muito importante que a gente possa conhecer – que o trabalho que executa e a referência que é, estadual e nacional, o centro de atendimento à vítima em Porto Alegre, que se localiza no 6º andar do Hospital Presidente Vargas... Lá nós temos uma ação integrada entre Polícia Civil, Brigada Militar e Instituto-Geral de Perícias, brilhantemente coordenado por uma mulher, uma grande médica-legista, Dra. Angelita, que já foi diretora do nosso Departamento Médico Legal. Essa concepção foi criada lá atrás por um médico que vai ser homenageado por esta Casa como Cidadão de Porto Alegre, o Dr. Marcos Rovinski. O Dr. Marcos Rovinski, lá atrás, na gestão Rigotto, se não me falha a memória, criou a concepção do centro de atendimento à vítima, que, dentro dessa situação toda que nós vivemos, precisa ser semeado pelo interior do Estado. Lá a mulher consegue fazer a ocorrência policial, iniciar o processo investigatório do crime através da Polícia Civil, fazer

a perícia com o médico-legista, com o psiquiatra forense, com o psicólogo forense e fazer o tratamento, se precisar de uma intervenção cirúrgica no hospital. Existem situações de crimes sexuais em que há lesões corporais. Às vezes, há o que a gente chama de ruptura, em que a mulher fica necessitando de uma cirurgia. Eu acompanhei, algum tempo atrás, uma senhora que foi estuprada no meio da tarde de domingo, uma freira, foi levada para lá e precisou de uma intervenção cirúrgica. Esse centro de atendimento à vítima tem que ser num equipamento de saúde, onde nós temos condições e capacidade de tratar globalmente, dando os encaminhamentos necessários, evitando que ela tenha que ir lá no DML fazer a perícia, tenha que se deslocar ao hospital para fazer a correção cirúrgica, depois tenha que ir na Polícia Civil ter a sua oitiva, depois ter que recorrer a outros órgãos, e lá ela consegue fazer tudo de forma regional e local. Então essa atenção iniciada por esses profissionais de carreira e que é uma experiência exitosa e modelar, tanto que freqüentemente o Ministério Público homenageia, inclusive, essas ações do Executivo, deve ser multiplicada. Também queria falar um pouco da situação dessas mulheres e homens que trabalham com a perícia forense. Nós passamos por uma dificuldade muito grande no que se refere à Perícia no Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, nós temos a menor quantidade de médicos legistas que o Estado já teve na sua história, desde o início. Então, para cobrir todo o Estado, por 24h, nós temos menos de cem peritos médicos legistas – isso é uma carência brutal de recursos humanos, que precisa ser corrigida. Nós temos menos de cem peritos médicos legistas para fazer necropsia, para fazer exame de lesão corporal, para fazer atentado violento ao pudor e estupro, e para fazer exame de embriaguez, dentre outras perícias em todo Estado do Rio Grande do Sul 24h por dia. É um número extremamente reduzido. É importante que as pessoas saibam que essa não é uma situação de exceção, mais de 90% das perícias médico-legais são feitas em indivíduos vivos, e isso é fundamental para a Justiça e para o Direito, porque sem ela, o Delegado não consegue indiciar ninguém; sem ela o Promotor não consegue denunciar ninguém; sem ela o Juiz não consegue condenar ninguém! E depois as pessoas se queixam da impunidade – “Por que o Juiz não pôde condenar?”; “Por que o Promotor não teve condições de denunciar adequadamente”; Por que o Delegado não prendeu?” Eu vou dizer aqui: às vezes, por falta de perícia! Então nós não podemos nos queixar, depois, da impunidade, se não investirmos pesadamente na chamada polícia criminal, na polícia técnica, que é o Instituto Geral de Perícias. Então nós

temos uma carência brutal de recursos humanos nesse setor, nós temos uma carência que não é de hoje, que vem de outras gestões, mas de que nós estamos falando hoje e que nós precisamos corrigir daqui para frente; nós temos uma carência brutal de materiais – hoje nós temos dificuldade de cortar o crânio dos cidadãos, nós temos dificuldade de ter esse equipamento lá. Nosso diretor, que é uma pessoa abnegada exaustivamente solicita isso, o Dr. Luciano Haas! Nós temos dificuldade de ter material para cortar, serrar o crânio dos indivíduos! Então nós precisamos também corrigir e minorar os problemas com relação ao material técnico do Instituto Geral de Perícias, em especial do DML.

E a terceira questão, com relação a isso, é que a função, principalmente a função de perito médico-legista, assim como todas, infelizmente, todas as funções médicas têm sido depauperadas e desvalorizadas pelos Governos, sejam eles de esquerda, sejam eles de centro, sejam eles quais forem, ao longo do tempo. Está aí o Programa Mais Médicos, que piorou a saúde das pessoas, mas nessa questão nós temos uma desvalorização gradual dos peritos médicos-legistas do IGP, a ponto, Ver. Valter Nagelstein, de hoje o IGP ser conhecido como o primo pobre da secretaria! Todas as carreiras, sejam da Brigada Militar ou da Polícia Civil conseguiram montar, ao longo das últimas gestões, planos de valorização das suas atividades. E o Instituto Geral de Perícias, infelizmente, não conseguiu fazer isso; quando chegou a vez de falar para a polícia técnica, não sobrava mais dinheiro. Então nós precisamos valorizar para impedir que médicos qualificados trabalhem lá durante pouco tempo e acabem se exonerando, como ocorre, infelizmente, na maioria das atividades médicas. Nós precisamos valorizar essa atividade, que é muito difícil, que é muito penosa e que de que a sociedade precisa tanto para que não haja impunidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. A Sra. Clarisse Heck, coordenadora técnica da Patrulha Maria da Penha, está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. CLARISSE HECK: Obrigada, Presidente. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu estive na delegacia especializada da mulher no dia 15 de fevereiro, conversando com a delegada Tatiana. Perguntei qual era o número de ocorrências policiais até a presente

data na primeira delegacia de Porto Alegre. O número de registros policiais oriundos de violência doméstica foi de 1962; isso é pouco? Nós vamos querer continuar escondendo a realidade? Para uma mulher chegar até esta delegacia e registrar uma ocorrência policial, muitas vezes saindo de um bairro distante, enfrentando dificuldades de locomoção, deve ter sofrido bastante. Os registros policiais têm aumentado? Sim. Por que aumentaram? Se esta rede de enfrentamento estivesse integrada, unida, quem ganharia é a sociedade, a mulher que está sofrendo a violência doméstica; então faço um apelo aos senhores e senhoras para unirem essas forças, esses recursos escassos, juntamente com todos esses órgãos. Eu represento aqui a Brigada Militar, mas toda essa rede de enfrentamento tem que estar integrada em prol do mesmo objetivo que é diminuir esses índices de violência doméstica.

Uma situação que nós percebemos na semana passada quando nos reunimos, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública: para minha surpresa, no Estado apenas tem 11 abrigos para as mulheres, e quando a mulher procura a Brigada Militar ou a Polícia Civil para buscar ajuda, quando chega o momento de encaminhá-la para um abrigo, normalmente não há vagas. Então, peço a gentileza de terem esse olhar, senhores, como Vereadores, se preocuparem em relação à questão dos abrigos. Muitas mulheres não têm onde ficar! Elas têm que voltar aos seus lares. Hoje, nesta encarnação, eu vim mulher; na próxima, posso vir homem. Então eu faço uma pergunta, um apelo aos senhores: que tipo de educação nós queremos dar aos nossos filhos? Para quem tem estrutura de pai, mãe, família, educação, moradia, saúde, ótimo, que bom. Agora, para quem não teve nada disso, o que esperar dele? Os nossos filhos podem estar sendo bem-educados, tendo toda a estrutura favorável, mas eles podem ser vítimas de um desses adolescentes que não teve a mesma estrutura, e é o que representam hoje nessa sociedade os casos de feminicídios, latrocínios. A nossa atividade, Brigada Militar, precisa de pessoas para fazer essa atividade de acolhimento. Nós também enfrentamos a mesma dificuldade hoje, com déficit de efetivo, de recursos humanos e materiais, e, mesmo assim, nós fazemos o que fazemos com os meios que dispusemos. A Brigada Militar está ao lado da sociedade, nós precisamos do apoio dela. Eu encerro aqui agradecendo pela oportunidade de poder colocar um pouco do nosso trabalho. Estamos de portas abertas.

Para a patrulha Maria da Penha poder continuar existindo, nós precisamos do apoio do Poder Público em seu todo. Muito obrigada, a Brigada Militar agradece o apoio e a atenção dos senhores e das senhoras. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero agradecer muito a presença entre nós da Capitã Clarisse Heck da nossa briosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul, cumprimentá-la pelo trabalho, cumprimentá-la pelas palavras. Na pessoa dela estendo meus cumprimentos à minha colega, Ver. Nádia, que foi precursora desse belíssimo e importante trabalho da Patrulha Maria da Penha. Quero reiterar o que disse semana passada, quando tive a oportunidade de participar, Capitã, da abertura da exposição aqui em baixo. Infelizmente, por mais que tenhamos avançado no direito brasileiro e em instrumentos que visem a afastar de casa o agressor, isso ainda não tem sido suficiente para que evitemos os crimes, especialmente o homicídio contra a mulher vítima de violência. Portanto é preciso avançar muito mais e é preciso avançar naquilo que a nossa Capitã chama atenção que é a educação. Mas a educação é algo que produz resultados no curto e no longo prazo. Infelizmente ela não tem esse condão de imediatamente cessar. E por isso que é importante o papel do Estado através dos organismos de coerção dentro dos marcos do Estado Democrático de Direito. E aí a importância da nossa Brigada Militar, da Polícia Civil, dos Conselhos Tutelares, enfim, de todos aqueles que possam ajudar na minoração e no enfrentamento disso que é uma verdadeira chaga social, no Brasil e em qualquer outro lugar. Portanto, cumprimento-a pelo trabalho. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h01min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (17h02min) Estão reabertos os trabalhos.

Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a tratar do tema da Segunda Edição da Virada Sustentável em Porto Alegre, trazido pelo Sr. Vitor Ortiz, coordenador do evento.

O Sr. Vitor Ortiz está com a palavra.

O SR. VITOR ORTIZ: Muito boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, na sua pessoa e na pessoa do Ver. André Carús, que fez esse honroso convite para a Virada Sustentável ter a oportunidade de se apresentar aos Vereadores, na Câmara Municipal de Porto Alegre, queria agradecer profundamente. Nós consideramos uma oportunidade muito rica, são poucos os festivais, as atividades culturais, enfim, que têm essa oportunidade de vir aqui utilizar a tribuna da Câmara e poder falar sobre a sua atividade. A virada sustentável, nessa sua segunda edição, vai acontecer a partir de amanhã, até domingo, numa sequência de quatro dias de atividade, com mais de 250 ações organizadas por diferentes grupos, movimentos coletivos, principalmente pela coordenação executiva que organiza esse festival em quatro diferentes locais da Cidade. O primeiro ponto que eu queria enfatizar, Presidente, é que todas as atividades da virada sustentável são gratuitas, abertas ao público, que ocorrem, por exemplo, um desses locais em que a virada estará acontecendo, no Parque, na Redenção, portanto, é uma atividade amplamente pública, ela também vai acontecer lá na Casa de Cultura Mário Quintana, no Centro Cultural Vila Flores, no 4º Distrito, no bairro Floresta e lá no SESC campestre, na Protásio, que, pela primeira vez, nós temos a oportunidade de descentralizar um pouco mais a nossa programação. Dentro dessa programação da virada, nós classificamos o nosso projeto como um festival que reúne essa quantidade de ações, as quais são manifestações esportivas, manifestações de debates, rodas de conversas, oficinas sobre o tema da sustentabilidade nos seus mais diferentes tons e formatos. E também não apenas os debates das questões ambientais ou das questões relacionadas à questão da sustentabilidade, mas também um elenco de programação artística e cultural bastante relevante que, vamos dizer assim, é o melhor veículo de comunicação que a virada sustentável encontrou para poder fazer o debate do tema da sustentabilidade com toda a população de Porto Alegre. Bom, esses quatro locais em que a virada vai acontecer vão abrigar quatro diferentes seminários. Esses seminários são o que nós consideramos um legado de conteúdo da virada sustentável que o festival traz para a cidade de Porto Alegre. Um desses seminários que vai acontecer lá no Centro Cultural Vila Flores apresentará um conjunto bastante rico de iniciativas de empreendedorismo inovador e sustentável, são novos negócios, novas formas de fazer negócio que foram, de um certo modo, reveladas para nós no ano passado quando a Virada Sustentável teve oportunidade de, junto com a Fundação Gaia,

realizar o prêmio Boas Ideias de Sustentabilidade. Nesse prêmio inscreveram-se mais de 160 projetos, 39 dos quais foram destacados com premiação. E esse conjunto de iniciativas revela, Presidente, uma nova floresta nascendo por debaixo das velhas árvores, representa a esperança, o futuro, nós esperamos que a nossa Cidade possa realmente ter um ambiente que respeite a sustentabilidade, que leve em conta os problemas de sustentabilidade e que ajudem a construir uma nova cidade, uma cidade que, em seus negócios, em suas ações de empreendedorismo, passa respeitar mais o meio ambiente, consegue superar problemas como, por exemplo, o da mobilidade urbana, problemas como o da crise climática, problemas como o da crise hídrica, que são temas que estão bastante envolvidos nessa discussão que a Virada Sustentável promove.

O segundo seminário trata da questão da educação, a sustentabilidade na educação. Ele vai acontecer ali na Casa da Cultura Mário Quintana, no Teatro Bruno Kiefer, e será aberto pelo nosso grande herói navegador brasileiro Amyr Klink, juntamente com sua esposa, Marina Klink, o casal vai estar aí relatando suas experiências de convívio com a natureza e obviamente trazendo aí também um conteúdo de preocupação com o futuro do planeta, que é um dos temas fundamentais da órbita da questão da sustentabilidade. Ao longo do sábado, nós vamos ter várias mesas nesse seminário apresentando, por exemplo, a experiência das escolas sustentáveis do Uruguai. Vem participar desse encontro também a eco-chef, especialista em cozinha, em alimentação saudável, Laura Rosano, que, além de participar deste seminário, vai também se apresentar lá no estande da Redenção, onde se concentrará uma programação de ecogastronomia demonstrando para o público formas de consumir, de criar pratos de uma culinária renovada. A Laura Rosano trabalha com fruto nativos, e existe em torno dessa discussão de alimentação saudável uma série de novos temas ainda pouco conhecidos na sociedade. Essa é uma das funções da Virada Sustentável, trazer esses temas para o conhecimento e para o amplo debate público. O outro seminário da Virada Sustentável, que se chama Conta Aí, será uma espécie de conversa com diferentes atores que vêm realizando suas atividades em campos como a Área Social, com os catadores, por exemplo. Obviamente é uma atuação que, embora seja da área social, tem a ver com o tema da sustentabilidade. Eu estou usando o exemplo concreto e bastante compreensível do caso dos catadores de Porto Alegre. Esse seminário também vai discutir a questão das nossas águas, um debate sobre o Guaíba, que segue sendo uma preocupação da sociedade porto-alegrense,

principalmente num contexto nacional de crise hídrica, como nós assistimos, há pouco tempo, a cidade de São Paulo passar por um tema desses. E esse seminário vai discutir outros temas transversais como a questão urbanística, a questão da mobilidade urbana, temas que estão na órbita da sustentabilidade.

Por último, o quarto seminário que nós estamos desenvolvendo – que abre a Virada Sustentável amanhã, no *campus* da Unisinos – tem como tema Marcas Sustentáveis. Ele vai trazer o debate sobre o empreendedorismo de grande escala e seus impactos com relação às preocupações de crise climática, dos impactos dos negócios sobre o futuro do Planeta e também as experiências das empresas B. Essas empresas B são aquelas que já nascem sustentáveis, não são como outras empresas que podem se tornar sustentáveis e outras que buscam se tornar sustentáveis. As empresas B são uma categoria de empresas que já nascem com a sustentabilidade sendo uma política, um eixo principal da sua atuação.

Bom, no fim, eu quero destacar aqui que a Virada Sustentável tem uma ampla programação artística e cultural com o apoio da Lei Estadual de Iniciativa à Cultura, com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e nós realizaremos esse ano dois concertos. O primeiro será amanhã, ali no Largo Glênio Peres, com a abertura da Virada Sustentável, com a Orquestra da Ulbra, com as grandes canções que marcaram a história dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul, com participação dos músicos Sergio Rojas, Xana Muller, Neto Fagundes, Maurício Marques e Chico Sará. É um espetáculo muito interessante, de alta qualidade e que estará no Largo Glênio Peres, obviamente para trazer a mensagem da Virada Sustentável para o grande público que circula no Centro da Cidade e que dali parte, no final da tarde, para todos os bairros de Porto Alegre.

Por último, no encerramento da Virada, no domingo, depois de um passeio ciclístico que começa no velódromo do Parque Marinha, defronte à Fundação Iberê Camargo, nós vamos realizar o Concerto de Encerramento da Virada Sustentável, às 11h30min, com a orquestra da Unisinos e o grupo Juntos, que, na verdade, é uma formação particular bastante porto-alegrense dos nossos queridos Néelson Coelho de Castro, Bebeto Alves, Gelson Oliveira e Totonho Villeroy.

Além desta programação, na sexta-feira, também no Largo Glênio Peres, nós vamos ter os dois grandes blocos de Porto Alegre, o Turucutá e o Bloco da Laje, complementando esta programação artística, que, para nós, é muito importante, como eu disse no início,

para estabelecer uma relação deste tema da sustentabilidade com o grande público porto-alegrense.

Eu encerro aqui, Ver. Carús, explicando o seguinte: a Virada Sustentável é um festival que se compõe de uma série de atividades. É, portanto, um evento, mas existe uma grande preocupação com que este evento transmita um conteúdo importante para a Cidade, já que estamos lidando e tratando com um tema tão relevante como a questão da sustentabilidade.

A base do conteúdo desta edição está sobre três pontos que compõem os 17 eixos, os 17 pontos estratégicos dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que é uma plataforma da ONU e da Unesco, consagrada e aprovada em 2015, e esses três eixos são exatamente o problema da questão da educação para a sustentabilidade, a sustentabilidade na educação; a questão da alimentação saudável, que é um dos outros temas fundamentais, que traz toda esta questão da ecogastronomia como uma nova questão colocada para a sociedade, a necessidade que nós temos de melhorar os nossos hábitos alimentares; e um terceiro eixo, que é este do empreendedorismo inovador e sustentável.

Em torno desses três eixos está todo o legado de conteúdo que a Virada Sustentável pretende deixar em Porto Alegre.

Por último, uma ênfase na nossa zona de inovação sustentável, que é essa região que vai ali da antiga Cervejaria Bopp, até lá depois da Igreja São Pedro, que é formada pelo quadrilátero que está entre a Av. Cristóvão Colombo e a Av. Farrapos, uma das zonas, hoje, mais degradadas da Cidade, mas que vive um processo de revitalização. Onde o Centro Cultural Vila Flores, por exemplo, é uma referência, por ser um processo que tem vida própria, autonomia e que vem acontecendo sem se estabelecer uma dependência com recursos públicos; ou seja, é um processo que tem vida própria, tem vitalidade e que visa a revitalização de uma das regiões mais importantes de Porto Alegre, e, ao mesmo tempo, mais degradada, como é o caso do bairro Floresta. Ali, a Virada fará um projeto especial, que inclui a implantação de seis painéis de grafite, criando um trajeto que, depois, poderá ser percorrido por um grupo, ou como uma atração turística, mostrando esse trajeto onde hoje estão empreendimentos bem relevantes, como o Hostel do Piano, a Companhia Caixa do Elefante e uma série de outros empreendimentos criativos, inclusive um deles, que se chama Galpão Makers, é um galpão mesmo onde estão

estabelecidos, em conjunto, como uma espécie de incubadora, diversos pequenos empreendedores que estão fazendo os seus próprios processos e o galpão funciona como uma espécie de fábrica coletiva. E dali estão saindo não só o sustento de muitas pessoas que conseguem se manter com esses negócios, mas também soluções muito interessantes e criativas que, sem dúvida nenhuma, marcarão, estarão aí no futuro de Porto Alegre. O que a gente diz é que ali está nascendo, justamente, essa nova Floresta, vindo de baixo das velhas árvores. É isso que nós constatamos ao acompanhar toda essa progressão do 4º Distrito de Porto Alegre.

Bem, sintam-se todos convidados para participar da Virada Sustentável. Eu deixo aqui a referência da programação no nosso *site* viradasustentavel.org.br. Ali, como já disse, estão mais de 250 atividades, portanto cabe uma visita ao *site*, escolher a sua programação, a programação está em todos esses locais que eu já referi e certamente os senhores vão encontrar lá uma atividade que mais se aproxime ao tipo de trabalho que vem desenvolvendo em Porto Alegre. Muito obrigado pela oportunidade, pelo espaço e espero que tenha sido suficientemente esclarecedor. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Meu caro Vitor Ortiz, eu queria convidá-lo para tomar assento aqui ao lado da presidência. Eu, em nome da Câmara, o cumprimento pela iniciativa, porque é um tema de todos nós. De imediato, convido o Ver. André Carús para subir à tribuna. Cumprimento o Ver. André Carús que também tem uma liderança e um trabalho nessa questão, que é um tema que está afeto a todos nós e à humanidade, à nossa sobrevivência, a do nosso planeta. E o nosso desenvolvimento tem que ser pautado exatamente pela questão da sustentabilidade.

O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; colegas Vereadores e Vereadoras, Vitor Ortiz, nosso convidado, que é um dos coordenadores que lidera essa segunda edição da Virada Sustentável aqui em Porto Alegre. Esse é um evento que tem, por tudo aquilo que foi dito e divulgado pelo Vitor, tem como propósito maior fazer com que a sociedade compreenda que a busca pela sustentabilidade é um valor coletivo. E, por ser um valor coletivo, é uma causa a ser seguida por todos nós. E essa programação

da Virada Sustentável 2017 é ainda maior e ainda mais presente na Cidade do que já foi a Virada Sustentável em 2016, uma experiência bem sucedida, que já acontece em São Paulo, já aconteceu em Manaus e é um movimento que vai ganhando força e se afirmando no contexto da sociedade porto-alegrense, não tenho dúvida nenhuma. É importante complementar algumas informações que foram trazidas pelo Vitor, e por isso nós propusemos que, nas quartas-feiras, a sessão plenária da Câmara se ocupe de tratar de temas específicos. Nós incluímos, nesta quarta-feira, um dia antes, no início oficial da Virada Sustentável, esse tema. A Virada é o maior festival do segmento da América Latina. É importante salientar isso. Porto Alegre segue como pioneira na promoção de eventos desse porte. Eventos que dialogam com diferentes seguimentos da sociedade. Porto Alegre, assim como o Rio Grande do Sul seguem pioneiros na defesa das causas ambientais de proteção e defesa dos recursos naturais e na busca por uma Cidade mais inclusiva, sustentável e que promova qualidade de vida em consequência disso. É importante destacar que a Virada se orienta pelos 17 objetivos pelo desenvolvimento sustentável. Esse documento, publicado pela Organização das Nações Unidas, inspira o nosso mandato e muitas das ações que são desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal. Posso dizer que os dezessete objetivos, traçados pela ONU, em busca da afirmação do desenvolvimento sustentável, é uma agenda e, ao mesmo tempo, um desafio no mundo inteiro. Porto Alegre não pode deixar se inserir nessa agenda. Esses objetivos têm uma meta alcançarmos, até 2030, uma série de desafios, entre eles a educação de qualidade, o combate às mudanças climáticas, a erradicação da pobreza, a justiça social, as metas do poder público, entre outros. E a Virada Sustentável, com toda aquela programação, que a sociedade, de um modo geral, pode acessar pelo *site*, pelas redes sociais, tem desde a orientação para se ter uma alimentação mais saudável, um incentivo à compostagem, a promoção de hortas comunitárias, o que as cidades podem fazer para conter os efeitos do aquecimento global, a economia criativa, como aqui foi colocado, a zona de inovação sustentável, que, hoje, em Porto Alegre, é uma realidade. Começou no Bairro Floresta, no Independência e, agora, já ocupa, já incorporou, ao seu território, uma parcela importante do Bairro Bom fim. E nessa zona de inovação sustentável estão empresas, empreendimentos e pessoas abnegadas que fazem do seu negócio algo que repercute em favor de uma cidade mais sustentável e com qualidade de vida, que são eixos fundamentais de uma cidade que preserva o meio ambiente e quer se

orientar pelos princípios da sustentabilidade. Então, a partir de amanhã até o próximo domingo, dia 2, teremos em Porto Alegre uma série de atividades que são parte de um movimento. É um movimento que se organiza, cresce e se mobiliza no mundo todo, e a organização do evento, Vítor, escolheu com muita felicidade os quatro pontos para sediar essas atividades: o SESC Campestre, na Av. Protásio Alves, que ao mesmo tempo permite que a população da Zona Leste e da Zona Norte possam participar dessas atividades; a Casa de Cultura Mario Quintana, um patrimônio cultural do Rio Grande do Sul; o Parque da Redenção, que é um patrimônio verde e democrático da Cidade; e também o Centro Vila Flores que é a expressão, hoje, da economia criativa e do empreendedorismo sustentável em Porto Alegre.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Carús. Parabéns V. Exa. por abrir espaço para essa atividade e já cumprimento o companheiro Vítor Ortiz, militante da cultura, ex-Secretário de Cultura, que tem uma história tão bonita, Ministério da Cultura, TV Brasil, e que está mobilizando energias através da virada cultural, é o grande promotor, um grande coletivo, imagino, levantando recursos para a cultura em tempos tão difíceis, andando na contracorrente deste estado mínimo e mobilizando tantos artistas e dando espaço para nossa cultura. Em especial, o Ver. Carús está falando tão bem nisso, trazendo esse tema tão contemporâneo e tão necessário da sustentabilidade, essa junção cultura e sustentabilidade só pode dar muito certo, nós estamos muito orgulhosos de que Porto Alegre seja a escolhida para receber a Segunda Virada Cultural, vamos divulgar, participaremos na medida do possível. Parabéns, Carús.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Encerro destacando os principais temas que vão ser trazidos e abordados na Virada deste ano: empreendedorismo e inovação sustentável; educação para a sustentabilidade, ecogastronomia e alimentação saudável, temas que não se relacionam apenas com ações do Poder Público ou da iniciativa privada a favor das pessoas, é preciso que as atitudes e os comportamentos individuais também atentem para essa necessidade. Quero encerrar aqui estendendo um convite aos Vereadores e servidores desta Casa, e aos que nos assistem também pela TVCâmara: a Câmara de Porto Alegre irá sediar amanhã uma atividade da Virada Sustentável, às 18h30min, na

sala 301, quando faremos uma apresentação e debate de um projeto que protocolamos ainda na Legislatura passada, que propõe a criação do Plano Municipal de Educação Ambiental em Porto Alegre. Convido a todos que participem, é uma oportunidade para que nós possamos consolidar os conceitos e tudo aquilo que vem no escopo da Virada, quando da aprovação desse Plano e sua posterior implantação em favor da Cidade. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. André Carús. Mais uma vez, muito obrigado ao nosso convidado de hoje, Sr. Vitor Ortiz. Parabéns pela iniciativa, pela liderança neste tema que diz respeito a todos nós e é tão importante. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h28min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (17h29min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h29min.)